

CEPROL EM
ACÇÃO

Edição Especial Ano 1/2022

EDUCAÇÃO
PARA UM
NOVO TEMPO



I CONCEPROL

PLATAFORMA
DA EDUCAÇÃO
MUNICIPAL LEOPOLDENSE
2022



I CONGRESSO DE EDUCAÇÃO
DO SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES

I CONCEPROL
PLATAFORMA
DA EDUCAÇÃO
MUNICIPAL LEOPOLDENSE
2022



**I CONGRESSO DE EDUCAÇÃO
DO SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES**



PALAVRA DA PRESIDENTA

O CEPROL sindicato é o instrumento de luta e organização desta categoria que tenho muito orgulho de fazer parte.

Estar à frente dessa instituição é uma grande honra e uma enorme responsabilidade. Somos um sindicato referência para além do município de São Leopoldo e as nossas lutas por direitos e justiça social são reconhecidas no Estado e no Brasil. Esse sindicato é forte devido à unidade e à força da categoria. Temos uma história de lutas marcada por coragem e por muitas conquistas que tornaram o CEPROL gigante. Estamos acostumados a enfrentar adversidades e superar dificuldades, mas este ano de 2022 foi especialmente desafiador! Uma nova era se instaura na educação pós-pandemia e, nessa nova conjuntura social, realizamos o I CONCEPROL: EDUCAÇÃO PARA UM NOVO TEMPO como um movimento de resistência e re-existência da educação e do movimento sindical. Como resultado do congresso, apresentamos a nossa Plataforma da Educação, construída coletivamente. Nesse sentido, para dar visibilidade às nossas ações junto ao sindicato, apresentamos a primeira revista do CEPROL: CEPROL EM AÇÃO! Essa primeira edição é dedicada ao I CONCEPROL. A revista tem como objetivo mostrar nossas AÇÕES, coletivas e organizadas, que perpassam pela luta por direitos e valorização profissional para qualificar a educação, mas também pelo combate ao preconceito e às desigualdades sociais, buscando fazer da sociedade um lugar um pouco melhor e mais humano. Juntos somos mais fortes! O CEPROL é feito de cada um e cada uma de nós! É a nossa força é a nossa voz! Sigamos incansáveis e permanentemente na luta pela educação e por uma sociedade mais justa.

Cristiane Mainardi



I CONCEPROL PLATAFORMA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL LEOPOLDENSE 2022

**I CONGRESSO DE EDUCAÇÃO
DO SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES**

NOVO MUNDO

NOVA CONSCIÊNCIA

NOVAS TECNOLOGIAS

NOVA REALIDADE

NOVAS RELAÇÕES

NOVO JEITO DE SER HUMANO

NOVAS PERSPECTIVAS

NOVOS TEMPOS

NOVA EDUCAÇÃO

O CONHECIMENTO QUE DESPERTA

É A BANDEIRA QUE NOS UNE

A FORÇA QUE NOS MOVE É A TRANSFORMAÇÃO

ONDE TODOS PODEM SER QUEM SÃO

E PERTENCER A GRANDE CIRANDA DA COLABORAÇÃO

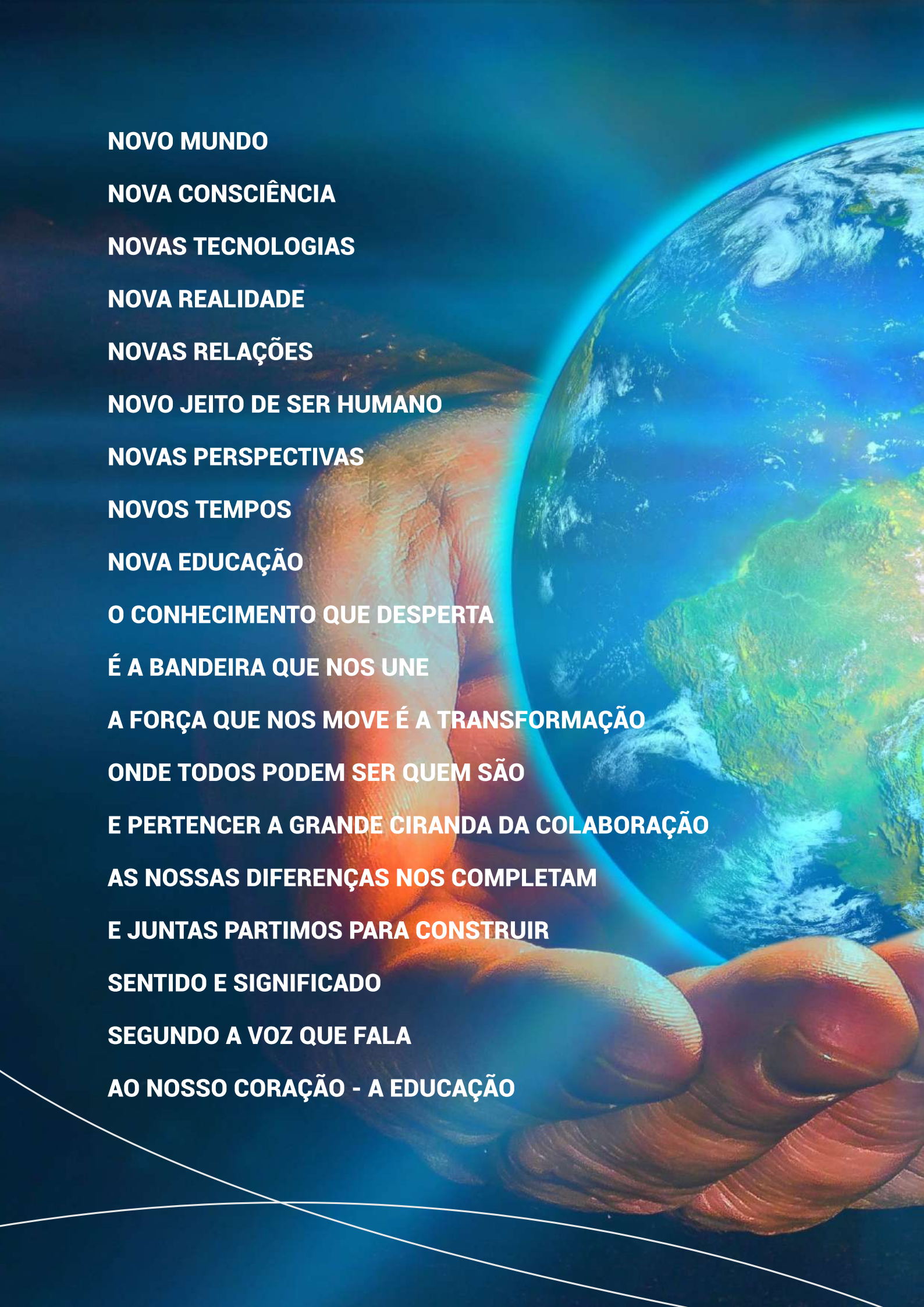
AS NOSSAS DIFERENÇAS NOS COMPLETAM

E JUNTAS PARTIMOS PARA CONSTRUIR

SENTIDO E SIGNIFICADO

SEGUNDO A VOZ QUE FALA

AO NOSSO CORAÇÃO - A EDUCAÇÃO



A close-up, artistic rendering of a human hand holding the Earth. The hand is positioned at the bottom and right, with fingers wrapped around the globe. The Earth is shown from a perspective that highlights the Americas, with vibrant blue oceans, green landmasses, and white swirling clouds. The background is a deep, dark blue, suggesting outer space. The overall composition conveys a sense of global unity and human responsibility for the planet.

BEM-VINDOS À NOVA ERA

**MOVIMENTO
DE RESISTÊNCIA
TRANSFORMAÇÃO
RE-EXISTÊNCIA**



I CONCEPROL I CONGRESSO DE EDUCAÇÃO
DO SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES

SUM ÁRIO

PLATAFORMA
DA
EDUCAÇÃO
MUNICIPAL
LEOPOLDENSE
2022

EDITORIAL	08
VISÃO DO MUNDO	16
Pandemia	22
Meio ambiente	24
Efeitos sociais	26
Educação	28
FÓRUNS DE DEBATES	30
sujeitos da educação	31
o lugar da escola	36
um olhar sobre o currículo	38
repensando a avaliação	40
educação infantil	42
anos iniciais	45
anos finais/eja	46
inclusão e diversidade	48
gestão democrática	52
valorização profissional	54
financiamento da educação	56
desafios da educação	58
EDUCAÇÃO PARA UM NOVO TEMPO	61
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	71

EDITO RIAL

O CEPROL Sindicato possui uma história de lutas em defesa de uma educação pública, popular, gratuita, laica, inclusiva para todos/as/es. O avanço da educação no município de São Leopoldo se deve à força, coragem, organização e mobilização da categoria através do seu instrumento de luta que é o sindicato.

O I Congresso de Educação do CEPROL Sindicato (I CONCEPROL) acontece após um período de distanciamento social devido à pandemia da COVID-19. Em 19 de março de 2020 as aulas foram suspensas, professores/as levaram as escolas para dentro de suas casas e através das novas tecnologias, usando de seus recursos, garantiram a educação à distância. Novas habilidades e competências tecnológicas foram desenvolvidas, uma nova forma de ensinar e aprender se apresenta.

Em 2021, com o avanço da vacinação, se inicia a construção do retorno presencial às escolas com a readequação dos espaços escolares para se colocar em prática os planos de contingência e implementar os protocolos sanitários necessários para se evitar o contágio pelo Novo Coronavírus. No segundo semestre desse ano, ocorre o retorno semipresencial, com revezamento de grupos das turmas e atividades através de plataformas virtuais. Em 2022 acontece o retorno presencial com o grande desafio da repactuação das aprendizagens.

Entendemos que a educação deve ser um movimento de reflexão-ação e diálogo permanente. Nesse sentido, em assembleia virtual realizada nos dias 16 e 17 de maio de 2022, foi aprovada a realização do I CONCEPROL. O objetivo do congresso é debater com a categoria de professores municipais leopoldenses a educação pública de São Leopoldo, os reflexos da pandemia e a educação para novos tempos. Somos uma rede qualificada, com a grande maioria de profissionais da educação especialistas; e, através do sindicato, buscamos construir conjuntamente a plataforma da educação municipal para uma educação de qualidade.

O I CONCEPROL se propõe a realizar uma análise de conjuntura, debater o período da pandemia e seus reflexos na educação, refletir sobre o currículo e avaliação, apontar políticas públicas para uma educação de qualidade para o município e elaborar a Plataforma da Educação dos Professores Municipais Leopoldenses 2022.

EDUCAÇÃO PARA UM NOVO TEMPO

A plataforma é resultado do congresso, das contribuições das escolas, da construção coletiva e está dividida em visão de mundo com uma análise de conjuntura sobre a pandemia, o meio ambiente, os efeitos sociais e a educação. Em seguida ocorrem as contribuições dos fóruns de debates e é finalizada com as reflexões sobre a educação para um novo tempo.

O texto da plataforma busca ser inclusivo, embora tenhamos dificuldades linguísticas, pela história e construção do idioma, com a linguagem neutra. Faz parte da luta do CEPROL a defesa das questões de gênero e entendemos que toda linguagem é carregada de ideologia e precisa ser subvertida. Porém, na redação da plataforma, encontramos limitações na fluidez da leitura e na estrutura da língua escrita com o uso do significante neutro. Mas sintam-se todos, todas e todes incluídos ao longo deste ensaio.

O I CONCEPROL foi precedido de PRÉ-CONGRESSO. As escolas da rede municipal de São Leopoldo receberam um roteiro para debates, que foram realizados durante o mês de junho/julho. As contribuições advindas dos debates serviram para elaboração do texto base que foi debatido e aprovado no pré-congresso, assim como, o Regimento Interno. O I CONCEPROL foi realizado nos dias 09 e 10 de setembro de 2022. Na sexta-feira (09), turno noite, presencial, no Teatro Municipal de São Leopoldo foi realizada abertura com o credenciamento, exposição de artes dos professores Jader Santini e Indiara Tainan, momento cultural com a Banda Bleff, performance artística de Rebeca Rebu e painel educacional com palestra da Professora Dra. Marcia Tiburi. No sábado (10) pela manhã, análise de conjuntura com o Prof. Ladislau Dowbor e, em seguida, ocorreram os fóruns de debates divididos nos seguintes temas: Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais/EJA, Inclusão/Diversidade, Gestão Democrática, e Valorização Profissional/Financiamento da Educação. Cada fórum debateu a temática escolhida e os trabalhos foram finalizados em plenária geral.



I CONCEPROL

**PLATAFORMA
DA EDUCAÇÃO
MUNICIPAL LEOPOLDENSE
2022**



**I CONGRESSO DE EDUCAÇÃO
DO SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES**



I CONCEPROL

I CONGRESSO DE EDUCAÇÃO
DO SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES



LADISLAU DOWBOR



MARCIA TIBURI

ATRAÇÕES CULTURAIS
EXPOSIÇÃO ITAN
DE INDIARA TAINAN E JADER SANTINI

ABERTURA
BANDA BLEFF

PERFORMANCE ARTÍSTICA
DRAG QUEEN REBECA REBU

PALESTRAS
MARCIA TIBURI E LADISLAU DOWBOR

FÓRUNS DE DEBATES
PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES









O I CONCEPROL 2022:

EDUCAÇÃO PARA UM NOVO TEMPO

TEM CARÁTER MOBILIZADOR DE

RESISTÊNCIA, REAFIRMANDO A

DEFESA DA DEMOCRACIA, DA VIDA E

DOS DIREITOS SOCIAIS.

**O I CONCEPROL VEM REPENSAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL VISANDO À QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO
PRESTADO A TODA SOCIEDADE LEOPOLDENSE.**



**I CONGRESSO DE EDUCAÇÃO
DO SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS LEOPOLDENSES**

**PLATAFORMA DA
EDUCAÇÃO MUNICIPAL
LEOPOLDENSE
2022**



VISÃO DO MUNDO

O amanhecer de uma nova era no mundo instaura um novo tempo trazendo consigo profundas transformações. Uma transição planetária que leva em seu bojo a revolução digital, causando imensas e velozes modificações nas dimensões sociais, culturais, políticas, econômicas e ecológicas que precisam ser analisadas, compreendidas e enfrentadas. A revolução digital está tendo impactos tão significativos quanto em outra época teve a revolução industrial.

A base da revolução industrial foi o avanço científico, a revolução energética, o aumento da produtividade e, portanto, a possibilidade de gerar um ciclo sustentado de enriquecimento social. A industrialização como modelo de acumulação de capital representou uma forma mais dinâmica do modo de produção capitalista, com um razoável equilíbrio do Estado, das empresas e da sociedade civil, mesmo com as desigualdades.



O modo atual de produção capitalista não é mais centrado na indústria, mas nos gigantes financeiros de plataformas de comunicação, de ferramentas de manipulação e de intermediários comerciais. A base da sociedade capitalista se desloca e um novo modo de produção surge com as tecnologias, alterando as relações no mundo do trabalho, tornando os empregos e a mão-de-obra dispensáveis, pois o avanço tecnológico torna menos essencial a necessidade de se contratar pessoas. Onde antes havia o domínio da fábrica, hoje temos o domínio das plataformas digitais em escala planetária.

Na esteira da modernidade, quem investe percebeu que é mais lucrativo colocar seu capital em produtos financeiros do que na produção, enfraquecendo o capitalismo de crescimento econômico e potencializando o rentismo.

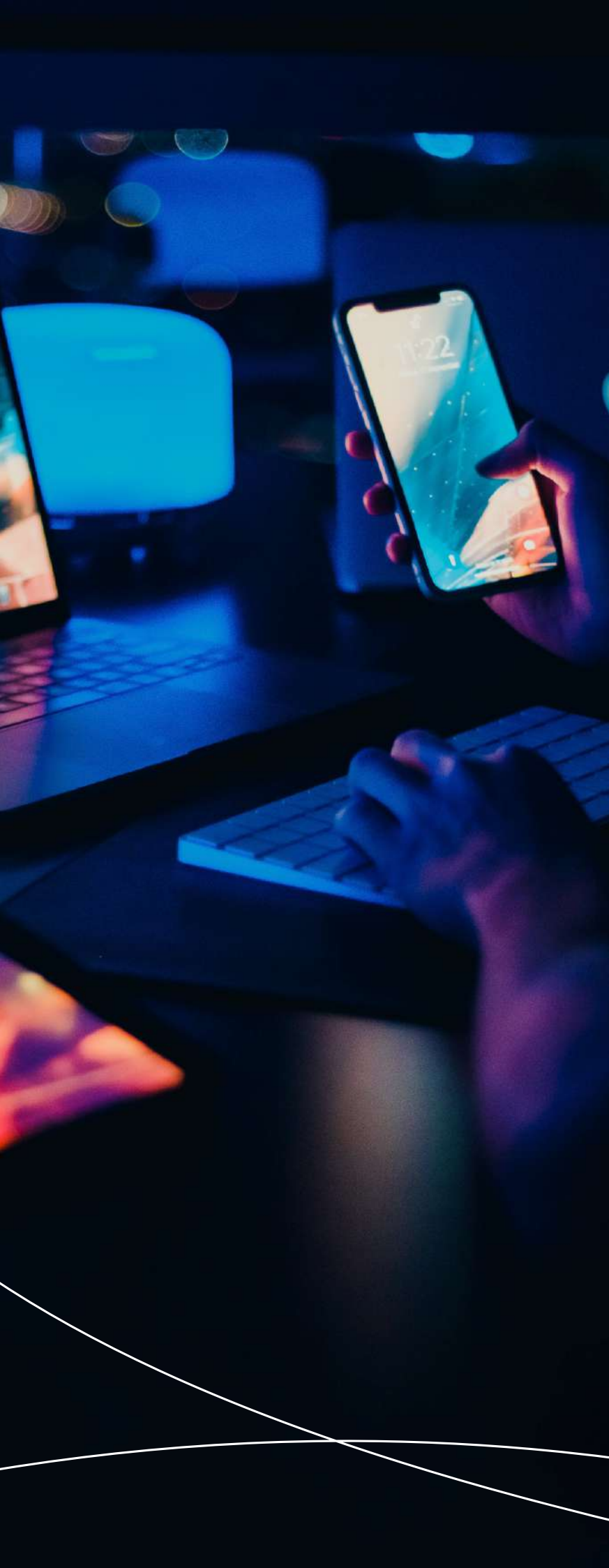


Esse modelo de economia rentista lucra principalmente com pequenos drenos de quantias individualizadas de milhões de pessoas, em muitas operações dispersas, sem gerar atividade econômica ou empregos. Ou seja, o setor financeiro deixa de servir a economia real, e o sistema produtivo passa a servir à especulação e à acumulação financeira. Não é nova a exploração da sociedade por “improdutivos”, mas o fato do processo ter atingido dimensões que afetam o conjunto da sociedade.

Os bilionários ampliam suas fortunas às custas do aumento da pobreza extrema, reforçando ainda mais a abissal desigualdade social em todo o mundo. Os últimos anos do capitalismo, apesar dos impressionantes avanços tecnológicos, demonstram um ritmo muito fraco de crescimento econômico, a expansão de fortunas no topo da pirâmide social e um aumento extremo da desigualdade na base.

As novas tecnologias convivem muito bem com a exploração e o acúmulo de capital. Elas encontraram novas formas de exploração. Desta vez, com o lucro advindo da especulação financeira e não mais da produção de bens e serviços (trabalho). Mecanismos de controle e exploração se reinventam, e permanecemos sendo explorados pelas elites. Problemas econômicos se agravam e, para conservar a capacidade de acumulação e lucro, os capitalistas precisam retomar o que investiram na concessão de direitos aos/às trabalhadores/as com a conquista das legislações trabalhistas, previdenciárias, da saúde e educacionais. A retirada de direitos é uma investida dos grandes capitalistas e se configura com as reformas trabalhista e previdenciária, por exemplo, que precarizam cada vez mais as relações de trabalho e sujeitam trabalhadores à informalidade e à insegurança financeira. Para a implantação da “uberização” do trabalho, toda uma narrativa é construída em torno do empreendedorismo, que nada mais é do que a exploração com novos moldes, agora chamada de “inovação”.





A revolução digital também possibilita que o sistema capitalista aumente a renda através do controle das empresas de informação (dados) e do dinheiro (moeda digital). O dinheiro físico deixa de existir e o que temos é a monetização virtual através de sinais magnéticos. Um “novo” capitalismo surge, em que algoritmos gerenciam investimentos e oferecem negócios, controlam compras e vendas, e nos colocam à mercê da inteligência artificial, que conhece nossos gostos e direciona produtos e serviços de acordo com nossos interesses. As plataformas se tornaram corporações digitais globais com alcance planetário, com enorme poder financeiro, de mercado e tecnológico. Elas controlam largas áreas de informação dos seus usuários. O dinheiro virtual possibilita a expansão da economia das plataformas, generalizando a “microdrenagem” de dinheiro através de “pedágios”, com muitas e pequenas quantias em tarifas escoando direto para as sedes mundiais dos grandes grupos financeiros, gerando gigantescas fortunas sem produzir absolutamente nada. No pagamento por cartão de crédito, por exemplo, o banco drena cerca de 5% do valor da compra, uma tarifa que não produz nada. (DOWBOR, 2022)

REVOLUÇÃO DIGITAL

A era digital permite essas novas organizações do trabalho mais flexíveis. No entanto, esse mundo de escolhas reforça a competição, o desempenho, a meritocracia, a individualização, a flexibilização dos direitos trabalhistas, o enfraquecimento dos sindicatos, o desaparecimento da divisão entre vida privada e profissional e a redução do investimento do Estado. Com a retirada de direitos sociais e a diminuição dos mecanismos de proteção, o cidadão fica exposto a uma série de riscos sociais que podem afetar brutalmente seu desenvolvimento e sua relação consigo mesmo, conduzindo cada vez mais ao aumento da desigualdade e à crescente precarização da vida.

Quando pensamos em uma mudança no modo de produção capitalista, precisamos compreender esses mecanismos atuais de apropriação do capital que se consolida pela captação de recursos na cobrança de tarifas, por meio do endividamento generalizado, da evasão fiscal, do rentismo dos monopólios, do comércio de informações pessoais, da manipulação publicitária individualizada, da inflação, da apropriação do capital natural do planeta, e de outros mecanismos que mal entendemos e que somos individualmente incapazes de enfrentar. A maior parte da humanidade trabalha para sustentar a fortuna de uma minoria de intermediários financeiros. **O dreno de recursos públicos também é facilitado pelo dinheiro imaterial. Há uma narrativa de desvalorização sobre a cobrança de impostos e uma investida na precarização dos serviços públicos para fortalecer a privatização e o “Estado Mínimo”, levando a própria população prejudicada a considerar que é melhor privatizar.**

**PRECISAMOS ESTAR ATENTOS
A ESSES DISCURSOS...
E FAZER CONSTANTEMENTE O
EXERCÍCIO DE ANÁLISE...
COMPREENDER A FORÇA
IDEOLÓGICA QUE PRODUZ A
SOCIEDADE.**

Com isso, cria-se um pensamento coletivo favorável à privatização que viabiliza, sem resistência, a apropriação da riqueza do setor público. Os investidores institucionais privados, que adquirem a empresa pública, irão sem dúvida explorar os trabalhadores. Com o controle dos serviços públicos, os investidores na sua posição privilegiada de poder, adquirem também o controle dos preços da prestação desses serviços. Num capitalismo constituído por monopólios ou oligopólios não há concorrência e ficamos submetidos e sem escolhas. Precisamos estar atentos/as a esses discursos que enaltecem a ficção da auto regulação do mercado e fazer constantemente o exercício da análise de conjuntura para que possamos compreender a força ideológica que produz a sociedade, pois toda a decisão econômica também é uma decisão política.





Na política, o neoliberalismo se instala inicialmente como democracia, utilizando a inclusão como alvo da lógica do mercado, sujeitos incluídos para que sejam consumidores. Como motor central da racionalidade neoliberal, as desigualdades permitem que a concorrência seja produzida. Porém, com a articulação do neoliberalismo e do neoconservadorismo este cenário muda, mantém a inclusão de determinados grupos, mas a exclusão reaparece forte através da intolerância religiosa, da imposição de um modelo de família, da exclusão das discussões de gênero e sexualidade, etc. Práticas de exclusão e disseminação do ódio têm exposto à discriminação, à violência e à morte de parcelas da população, seja pela retirada de direitos e cortes de investimentos sociais e educacionais, ou através da negação de condições mínimas de cidadania.

A exclusão e a negação de formas de ser e de viver é uma tática para subjugar a existência e a participação de determinados grupos sociais que não se ajustam a um determinado modelo de vida. Tais fatores contribuem para a precarização da vida das pessoas e a dependência de seu "autoempresariamento" para sobreviver. A produção de empresários/as de si mesmo está muito bem alinhada ao neoliberalismo, que busca maximizar a responsabilidade individual, enfraquecendo qualquer luta coletiva, pois fortalece a competição e não a colaboração. Essas transformações nos obrigam a repensar e redirecionar nossos movimentos e nossas frentes de luta.

A dimensão financeira tem um papel fundamental na constituição do ser humano e da sociedade, porque institui a concepção de valorização da propriedade em detrimento da humanidade, inclusive sacrificando o meio ambiente para isso. Em nível global, temos os recursos financeiros e tecnológicos para buscar uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

NEOLIBERALISMO

A agenda neoliberal impõe enormes retrocessos nas políticas públicas fragilizando o sistema democrático, uma vez que o pensamento político, econômico e social que forma a democracia deve ser baseado na noção de sujeito de direito. Sem cidadania não há democracia. O capitalismo que predomina hoje é regido por um projeto atualizado do neoliberalismo que, aliado à globalização neoliberal, torna-se mais dinâmico, excludente, produtor de concentração de riquezas e de desigualdades, acentuadamente ideológico, impositor de culturas e hábitos, do protagonismo da propriedade e do desmonte de políticas de Estado. Urge repensar a base política e o compromisso de cada cidadão/ã ao eleger projetos de governo que representem o povo e não o capital. Para que essas representações estejam comprometidas com políticas públicas de Estado de enfrentamento às desigualdades e que visem o resgate da dignidade humana.

O ódio à política é desviar o foco do problema central do sistema capitalista. O mercado é endeusado como honesto e justo e a política demonizada como suja e corrupta. Ideais de mercado são vistos como algo a ser perseguido e tratamos a política como única responsável pela falência do sistema. Não basta criticar a corrupção, a política é representativa e é o reflexo da sociedade voltada ao mercado. Qualquer mudança deve acontecer de dentro para fora.

**TEMOS OS RECURSOS
FINANCEIROS E TECNOLÓGICOS
PARA BUSCAR
UMA SOCIEDADE
ECONOMICAMENTE VIÁVEL,
SOCIALMENTE JUSTA E
AMBIENTALMENTE
SUSTENTÁVEL.**

A corrupção está na concepção de se levar vantagem, portanto ela é intrínseca e essencial à sociedade capitalista que impõe a competição. É necessário a compreensão da importância do bem comum e os impostos concebidos como uma política pública tributária justa, produtiva, eficiente e progressiva. Precisamos de justiça fiscal como ferramenta de redução das desigualdades através da tributação das grandes fortunas e política fiscal do uso do dinheiro público. Para que o povo possa se sentir novamente representado, é necessário compreender a responsabilidade de cada pessoa com o bem comum e resgatar a dimensão humana como prioridade para muito além da competição do acúmulo do capital e da individualização.





PANDEMIA

A globalização digital e a pandemia da COVID-19 escancaram o quanto a conjuntura mundial afeta o planeta inteiro. Considerada a maior crise sanitária na história mundial, a pandemia do Novo Coronavírus causou a morte de milhões de pessoas. Medidas de preservação da vida exigiram o distanciamento social, contudo foram flexibilizadas para atender aos interesses econômicos, contribuindo para um número elevado de mortes que poderiam ter sido evitadas. Em meio ao cenário catastrófico causado pela pandemia, fica evidente a importância de políticas de Estado para a população. Ressalta-se a importância da ciência e da pesquisa para a produção acelerada de vacinas e dos serviços públicos como o Sistema Único de Saúde (SUS) que, mesmo com a precariedade pela falta de investimentos, mostra-se central para a preservação de inúmeras vidas.

DISTANCIAMENTO SOCIAL

**A PANDEMIA ACENDE O SINAL DE ALERTA PARA SE
REPENSAR AS RELAÇÕES DE ALTERIDADE COMO FORMA DE
GARANTIR O FUTURO DA HUMANIDADE E O COMEÇO DE UM
SONHO POSSÍVEL DE FRATERNIDADE.**

A pandemia potencializa a crise do capital e consolida um novo tempo da era digital. A situação mundial passou por uma mudança radical. A paralisia das economias e o crescimento acelerado das fortunas intensificaram novos moldes de políticas neoliberais e ultraconservadoras, explodindo as desigualdades e a miséria, tornando óbvio o modelo de acumulação como disfuncional. O desemprego, a fome, o endividamento generalizado das famílias, das empresas e dos Estados revelam a importância da centralidade do Estado para a população nas áreas da assistência social, saúde, e educação, por exemplo. O Estado deve ser forte para garantir os direitos de uma cidadania digna e plena.

No contexto educacional, a pandemia escancarou as desigualdades sociais e educacionais e suas consequências na vida da população. Essas desigualdades devem ser encaradas para serem enfrentadas. A pandemia acende o sinal de alerta para se repensar as relações de alteridade como forma de garantir o futuro da humanidade e o começo de um sonho possível de fraternidade.



MEIO AMBIENTE

A pandemia de Covid-19 desafia os valores do capitalismo e nos impõe a necessidade de trilhar um novo caminho com maior respeito à vida e à natureza. Em plena revolução digital, o drama do colapso ambiental no planeta Terra é uma ameaça real ao prosseguimento da existência da espécie humana. As previsões são alarmantes, muitas espécies de vida no planeta já foram extintas e agora é a vida humana que está em risco. A mudança climática e seus efeitos são uma questão de vital relevância para o presente e para um futuro bem próximo, pois estamos chegando a uma situação-limite.

O problema ecológico tem sua essência no acúmulo de capital que produz as grandes fortunas através da exploração, responsável pela destruição ecológica que explora a natureza para extrair lucros sem considerar a sustentabilidade, destruindo recursos e riquezas naturais. A lógica neoliberal do capital não está preocupada em salvar o planeta, mas em tirar proveito da oportunidade para seus negócios. As políticas públicas ambientais são insuficientes e muitos dos investimentos são em benefício do capital, inclusive retornando mais lucrativos para o sistema.



SUSTENTABILIDADE



Produzido pelo sistema extrativista, o aquecimento global está gerando fenômenos climáticos adversos cada vez mais frequentes que afetam a vida e sua reprodução, tais como: inundações, oscilações de temperatura e mudanças na sazonalidade. Nossos mares acumulam lixo e, aliado a pesca predatória, estão exterminando com incontáveis espécies de vida marinha. A produção de lixo gerada por esse sistema de consumo sem sustentabilidade por bilhões de pessoas está sufocando o planeta. Há anos se fala da escassez de água potável e todos os esforços têm sido insuficientes para reverter este cenário. Já encontramos esta dinâmica na contaminação planetária dos aquíferos, rios e mares, na ampliação da mudança climática, na destruição da biodiversidade, na contaminação do ar, etc.

O desmatamento e a exploração do solo pelo agronegócio têm grande responsabilidade pelo desastre climático, pois necessita do uso de imensas regiões de terra para a produção. Como exemplo, podemos citar a produção de carnes, que além de causar o efeito estufa, exige o consumo de grande quantidade de água potável e alimento, gerando grandes fortunas para os conglomerados agroexportadores que não estão preocupados com o tratamento da terra, do ar e da água de forma produtiva e sustentável. Estamos sendo constantemente envenenados por agrotóxicos e cada vez mais surgem doenças novas. **A sustentabilidade se torna cada mais imprescindível considerando o crescimento demográfico da população;** portanto a exploração dos recursos naturais precisa ser enfrentada, ou então não haverá como sobrevivermos neste planeta sob essas condições.

A conjuntura nos mostra uma sociedade caótica e um ser humano vivendo em um mundo ecologicamente precário. Precisamos olhar mais para o nosso planeta como uma grande aldeia global que nos proporciona tudo para existência da vida e rever a forma como estamos tratando este organismo vivo. Por quanto tempo a Terra vai sustentar a vida humana nesses moldes? O planeta Terra vai continuar a existir e se curar, o que ele necessita é eliminar o mal que está acabando com a natureza. Seria a espécie humana a “praga” do planeta que precisa ser exterminada? Temos que mudar nossa relação com o planeta Terra, tratar a natureza com respeito para que se regenere. Então urge se pensar a construção de alternativas para uma nova Terra.



EFEITOS SOCIAIS

O capitalismo financeiro é eficiente em explorar recursos naturais e humanos. As fraquezas estruturais do sistema capitalista vêm se consolidando e o modelo neoliberal que está sendo levado ao extremo possui como efeito social a produção cada vez maior das desigualdades. O ser humano perde toda sua dignidade diante do aumento da fome, do desemprego, da precariedade do trabalho e da vida, do número crescente de favelas e assentamentos informais, do aumento das pessoas de rua e em situação degradante. Como consequência dessas precarizações, há o aumento da violência e da revolta. Para conter revoltas sociais, esta nova etapa do sistema capitalista se utiliza de políticas de vigilância e controle em larga escala para aumentar o domínio político e ideológico sobre a população. São características das políticas neoliberais e de exploração o controle social e a repressão, pois preveem resistência dos oprimidos.



Esta nova etapa do sistema capitalista instaura o modelo neoliberal que avança sob formas de Estados autoritários. O incentivo ao uso de armas por civis, apologia ao nazismo, ao estupro, à tortura e a morte são características dessa fase em que cresce um estado de guerra, agressividade, violência, raiva, ódio, intolerância e preconceito. Os aparatos militar e policial são fortalecidos, não para garantir a segurança do cidadão, mas do capital. Conflitos e zonas de tensão vêm aumentando em diferentes partes do mundo. A guerra na Ucrânia demonstra a abertura da luta interimperialista entre as potências pelo domínio da economia. A Rússia tem a China como um aliado chave, que é o principal competidor e adversário dos EUA.

DESIGUALDADES

CONSTRUIR PERSPECTIVAS DE PAZ, AMOR E FELICIDADE.

O caráter crescente de potência imperialista da China (e Rússia) reflete na estratégia de segurança nacional dos EUA, desafiando seu poder, influência e seus interesses. China, a potência emergente, deslocou os EUA como a principal economia, mas é preciso considerar a supremacia militar dos EUA dentre as potências imperialistas e sua capacidade de, em tese, intervir militarmente em todo o planeta por deter o maior orçamento militar do mundo. Tudo isso está acontecendo porque há uma grande crise e, nos próximos anos, poderemos assistir o realinhamento de vários países do Oriente Médio por trás do poder econômico da China, o que mudará decisivamente o domínio político global.

O cenário dos conflitos mundiais também mudou com o avanço tecnológico dos últimos anos. Progredimos das guerras a cavalo, lutas entre exércitos, soldados armados e até brigas corporais para a soberania das nações garantida às custas de poderosos mísseis intercontinentais e armas nucleares capazes de destruir o planeta com o apertar de um botão. Armas estratégicas como drones, submarinos e aviões supersônicos, teriam a capacidade atingir alvos com precisão e rapidez que não haveria tempo nem de se antecipar a qualquer ataque. A guerra existe e sempre existiu, mas estamos diante de um ponto de convergência que em breve não haverá mais escapatória e a degradação poderá ser total.

Diante da nova ciência e das tecnologias modernas, a retirada de direitos, a exclusão e a cultura da guerra geram uma dinâmica simplesmente destrutiva. A competição e a individualização trazem uma disputa de egos buscando alcançar o tão sonhado sucesso financeiro. As disputas são uma constante no mundo. O ódio fomentado entre as pessoas e as nações, aliado a superprodução consumista, o poderio bélico, a degradação ambiental leva a humanidade ao limite. O resultado poderá ser desastroso se não reorganizarmos a sociedade de um modo mais harmonioso e menos competitivo, aprendendo a colaborar e nos organizar pela base, pois interesses coletivos são muito mais poderosos do que interesses individualizados.

A catástrofe que se avizinha é evitável e não há nenhuma justificativa econômica para tanta desigualdade, destruição, violência e sofrimento. Tratam-se de escolhas econômicas, pois o planeta possui recursos naturais que se utilizados de forma consciente poderemos assegurar a todos uma vida digna e promover medidas para preservar a vida e a natureza. Precisamos ser mais gratos pelo que a Terra nos oferece e cuidar melhor do planeta que sustenta a vida como uma única nação global em meio ao caos. Somos capazes de construir juntos perspectivas de paz, amor e felicidade.



DIREITO À EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO

A revolução digital e o sistema capitalista rentista atingem diretamente a educação, e a desigualdade social reflete na desigualdade educacional. O acesso à educação como direito por si só não garante condições de igualdade, mas possibilita a criação de uma multiplicidade de políticas públicas voltadas à cidadania e à inclusão. Nesse sentido, a proposta de Educação Domiciliar (homeschooling) é própria das práticas de exclusão, porque implementa uma narrativa sobre um direito da família, mas estabelece a individualização, a perda do caráter comum e público da educação escolar, privando o estudante da socialização e da aprendizagem que o convívio social favorece.

A individualização de propostas coletivas como a educação desvaloriza o saber do professor e traz a desprofissionalização, pois a família passa a ser a responsável pelo plano pedagógico individual do estudante. A face mais excludente dessa proposta, que priva da participação do processo de escolarização, antes direito universal, agora passa a ser uma escolha individual. Ou seja, não negam o direito, mas transformam a exclusão num direito e o direito numa escolha individual.

A racionalidade neoliberal incide na educação para a formação de capital humano visando atender os interesses do mercado. A fragilização e a precarização proposital da educação pública causada pela falta de investimentos e a redução de recursos (Lei do Teto de Gastos) favorecem a multiplicação das parcerias público-privadas que nada mais são do que a disseminação de uma pedagogia denominada “empreendedora”. Exemplo dessa prática é a incidência do Sistema S (Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sebrae e outras) sobre a escola pública que visa incentivar a formação de sujeitos empreendedores e mão-de-obra demandada pelo mercado.



EDUCAÇÃO EM AÇÃO PARA DAR CONTA DE UM NOVO TEMPO.

O sistema simplesmente não precisa de pessoas críticas e pensantes, somente de sobreviventes sem tempo, lutando uns contra os outros para ter vantagens individuais. Para que a pessoa humana tenha oportunidades de prosperar e refletir sobre sua própria vida, o acesso à educação precisa ser generalizado, gratuito, público e universal. A desigualdade de acesso ao conhecimento e a uma educação cidadã trava o imenso potencial de contribuição econômica e social da massa mais pobre da população, constituindo a destruição das possibilidades de desenvolvimento e o fortalecimento do capital.

A escola, como um espaço público e comum, onde diferentes sujeitos se encontram na coletividade, é um potente aparelho de enfrentamento ao individualismo e à lógica do capital. É na vivência em grupo, nas relações sociais que acontecem na escola, na oportunidade do encontro que o bem comum acontece como princípio político. O princípio político do comum é contrário à racionalidade neoliberal e, talvez, seja justamente através da educação que possamos encontrar forças capazes de resistir, reexistir e recriar novos sujeitos da educação. **Nesse sentido, resistir é criar novas formas de existências, que movimentem e transformem a educação em ação para dar conta de um novo tempo.**

É preciso refinar o olhar para esse conceito de empreendedorismo de si mesmo, que vende a ilusão de que qualquer pessoa pode ser um empresário, no entanto traz como princípio o capital humano na busca incessante de resultados para um futuro idealizado que pode não ser alcançado, ficando sobre si mesmo a responsabilidade pelo desenvolvimento de competências e habilidades, pelo seu sucesso ou fracasso, sem possibilitar oportunidades reais de ascensão social.

No neoliberalismo, problemas sociais como a desigualdade e o desemprego são atribuídos à incapacidade dos indivíduos de serem empreendedores e de aprenderem a planejar seu próprio futuro. Essa lógica leva à crescente vulnerabilidade social, visto que retira o direito do cidadão a políticas públicas de Estado que visam ao bem coletivo, implementando uma perspectiva de consumidor e não de cidadania como solidariedade social.



FÓRUNS DE DEBATES

Os apontamentos a seguir são advindos de debates realizados nas escolas municipais da rede pública de ensino de São Leopoldo no período de 01/06 à 15/07/2022 e submetidas a contribuições e aprovação no Pré-Congresso (10/08/2022) e nos Fóruns de Debates do I CONCEPROL 2022: Educação para um Novo Tempo (10/09/2022).

SUJEITOS DA EDUCAÇÃO

No início, o contexto da pandemia trouxe o medo do desconhecido e muitas dúvidas sobre a doença, a necessidade do distanciamento social prolongado, a espera pela chegada das vacinas e inúmeras incertezas. Misturaram-se interpretações e sentimentos com informações diversas e desinformação. A rotina das pessoas se modificou totalmente. Vidas foram perdidas e também houve perdas em vida: emprego, renda, moradia, convívio social, famílias desfeitas, etc. Os/as professores/as não esperavam ficar tanto tempo afastados do ambiente escolar e tiveram que se reinventar para poder trabalhar e garantir a educação através do ensino remoto, utilizando recursos tecnológicos que não dominavam. A estrutura da escola se desloca para o virtual e são os professores que garantiram a educação, de dentro de suas casas, utilizando sua energia elétrica, internet e aparelhagem tecnológica. O ensino remoto trouxe consigo uma sobrecarga de trabalho para dar conta das novas tecnologias. Perdeu-se a divisão do tempo entre o trabalho e a vida privada.



O formato virtual das aulas passou por inúmeras dificuldades, pois era uma nova aprendizagem tanto para profissionais como para os/as estudantes e suas famílias.

Enfrentamos problemas de acesso à internet, aparelhos inadequados, dificuldades de uso de novas tecnologias das plataformas digitais que gerou muito estresse em ambas as partes. Com as aulas virtuais, os/as professores/as acessaram a realidade das famílias que, além da falta de suporte tecnológico, percebeu-se a ausência do acompanhamento familiar, situações de vulnerabilidade social e casos de violência doméstica. O período de pandemia foi um momento de superação para a adaptação dos recursos tecnológicos à rotina diária, ao planejamento e à aprendizagem; porém todos os sujeitos da educação tiveram a oportunidade de desenvolver novas habilidades e competências tecnológicas. Foi um momento de superação das resistências e das dificuldades.



O surgimento desses desafios inesperados causou lacunas no processo de aprendizagem dos estudantes e prejuízo no acompanhamento de seu desenvolvimento. Talvez isso decorreu pela falta de uma interação mais próxima para um adequado estabelecimento de vínculos afetivos mais sólidos que o ensino presencial proporciona. Surgiu o sentimento de insegurança e frustração, porque estávamos despreparados e "solitários", tendo que lidar com as questões pessoais, problemas emocionais e profissionais sem receber um "acolhimento" tão necessário.

Os/as professores/as sempre têm que "dar conta" de muitas questões familiares dos estudantes, amparo às desigualdades econômicas e sociais. Mas quem cuida dos professores? Professores/as são pessoas, trabalhadores, têm famílias, tiveram perdas e ainda precisam estar bem para conseguir desenvolver seu trabalho com qualidade.

O PERCURSO ATÉ A RETOMADA DO ENSINO PRESENCIAL TROUXE MUITAS MARCAS, NEM SEMPRE VISÍVEIS, CAUSANDO MUITAS ANGÚSTIAS AO RETORNO DA VIDA SOCIAL EM MEIO AO CENÁRIO PANDÊMICO.

As escolas foram adequadas aos protocolos sanitários exigidos para segurança em saúde, os quais passaram a ser pedagógicos e que também exigiram adaptações, mesmo com as limitações impostas para a garantia do pedagógico. Após a luta por vacina para toda a população, professores receberam a imunização e o ensino presencial que esperávamos pode ser retomado. **Com a escola novamente de portas abertas e as famílias felizes de poder contar com esse espaço, os professores trabalharam no sentido de fazer o melhor possível no retorno: amparando, acolhendo, driblando dificuldades e superando os limites dessa adaptação para todos os sujeitos da educação.** Cada um (família, estudantes e professores) no seu âmbito de atuação, seguindo em frente e (con)vivendo com a pandemia que ainda não acabou.

A categoria de professores já era acometida pelo adoecimento físico e mental, devido a uma série de fatores e à falta de condições de trabalho. No entanto, o quadro de adoecimento se agravou e a retomada presencial é marcada pela falta de profissionais para atender a demanda que se apresenta na escola neste novo momento.

EDUCAÇÃO VIRTUAL

A falta de profissionais, as cobranças para se cumprir o objetivo da repactuação da aprendizagem, a burocratização da educação, o enfraquecimento da gestão democrática, a falta de diálogo da mantenedora e demandas impositivas, a retomada das relações sociais e a pressão social contribuem na sobrecarga de trabalho acarretando problemas de saúde.

Soma-se a isso, determinada parcela da sociedade que apresenta certa hostilidade aos/as professores/as por atribuírem à escola a responsabilidade única pela educação, quando a legislação trata:

Art. 205. A **educação**, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)



A EDUCAÇÃO é uma construção coletiva

O ensino remoto teve muitos problemas, mas também foi a solução para a emergência sanitária. O distanciamento social causou enormes lacunas de aprendizagem e dificuldades de relacionamento e socialização. Percebe-se o crescente número de famílias desestruturadas, perda de poder aquisitivo e aumento das dificuldades financeiras, inclusive para suprir as necessidades básicas, trazendo o aprofundamento das desigualdades.

Também aumentou consideravelmente o número de inclusão nas escolas e crianças que demandam maiores cuidados e ações nas questões emocionais e sociais, de desenvolvimento atípico e de aprendizagem defasada. Por essas razões, dentre outras, cada vez mais se faz necessária uma equipe de profissionais saudáveis e emocionalmente estáveis com pessoal de apoio e condições de trabalho. Faz-se necessária uma instituição escolar que atue conjuntamente com a família para poder acolher, orientar, ajudar nas dificuldades e possibilitar a repactuação das aprendizagens.

O primeiro semestre de 2022 encerra-se e os/as professores/as estão exaustos com toda a demanda do retorno presencial. Nesse contexto de fragilidade geral da comunidade escolar, é imprescindível a garantia da gestão democrática para que as vozes sejam ouvidas; pois todos são sujeitos da educação: profissionais, estudantes e suas famílias. Urge ressignificar conjuntamente práticas para dar conta deste novo tempo.

Não há receitas prontas para a educação, mas a construção coletiva de caminhos com objetivos em comum. Se visamos à superação das desigualdades, a formação docente não pode estar atrelada ao empresariamento da educação, como os cursos proporcionados pelo Sistema "S" se utilizando da educação pública para formatar sujeitos para servir à lógica do mercado e à racionalidade neoliberal do capitalismo que produz as desigualdades.



A iniciativa privada incidindo sobre os serviços públicos causa um impacto muito negativo na concepção de cidadania e de democracia tratados no caráter universal e plural das instituições públicas. Portanto, tratamos aqui de formação de fato com a participação, análise, reflexão conjunta e não somente pessoas que venham mostrar o que dá certo. **Para o envolvimento dos sujeitos da educação é necessário reconstruir a educação de dentro para fora e não de cima para baixo.**

A rede municipal de ensino de São Leopoldo possui profissionais qualificados, concursados e com formação superior, em sua grande maioria constituída de especialistas em educação. E são esses/as profissionais, servidores/as públicos/as habilitados/as e capacitados/as que estão no chão da escola, os que realmente sabem os problemas e os desafios, e têm todas as condições de contribuir com os caminhos para a formação de sujeitos para a nova realidade que esses novos tempos da educação e da sociedade exigem.

**PARA ENCONTRAR SOLUÇÕES,
PRECISAMOS CONHECER
OS PROBLEMAS
E DAR VOZ
A ESSES PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO,
FORTALECENDO A
DEMOCRACIA.
PARA TRANSFORMAR
É PRECISO REFLEXÃO-AÇÃO-
REFLEXÃO SOBRE
A REALIDADE,
CONSTRUIR NOVOS
CONHECIMENTOS
E ALTERNATIVAS
E JUNTOS MOVIMENTAR
PARA TRANSFORMAR
A SOCIEDADE
COM O HORIZONTE
DE UM FUTURO
MAIS HUMANO
E JUSTO.**



O LUGAR DA ESCOLA



Há décadas se fala da necessidade de mudanças na educação. **A escola de hoje soma dificuldades históricas de precarização e fragilidades agravadas com a pandemia, tornando evidente a crise dessa instituição.** O contexto da pandemia exigiu um avanço muito rápido no que se refere ao uso das tecnologias, estruturação do espaço escolar e nova forma de se relacionar, antes que problemas anteriores tivessem sido sanados. O alcance dos objetivos educacionais não atingiu a todos, causando defasagens nos mais diversos aspectos.

O retorno ao ambiente escolar traz os reflexos da pandemia, as consequências do distanciamento social e do ensino remoto. Muitos estudantes apresentam dificuldades em restabelecer a rotina escolar com o cumprimento de regras disciplinares e sociais. Destaca-se o surgimento de comportamentos distintos, ao mesmo tempo em que os estudantes voltaram para a escola querendo se encontrar, brincar e socializar. Trazem junto o desgaste emocional, doenças psicológicas e dificuldades de relacionamentos. Fazem parte desse cenário problemas emocionais e recorrentes crises de pânico e ansiedade. A mudança nas rotinas estabeleceu certa dificuldade de compreensão da diferença entre o espaço privado e o público.

Percebe-se um período de adaptação muito mais difícil, estendendo-se quase o semestre todo, exigindo um trabalho de acolhimento muito mais intenso com as famílias, as quais demonstram insegurança em deixar seus filhos na escola, refletindo diretamente no comportamento dos estudantes. Por tudo isso, o período de adaptação privilegiou o acolhimento dos estudantes através da socialização, amparo emocional e psicológico, para além do pedagógico.

Destaca-se a importância de um acompanhamento especializado nas áreas da psicologia e psicopedagogia para o acolhimento da comunidade escolar, uma rede de apoio que de fato funcione; visto que não houve o suporte necessário de política pública voltada ao enfrentamento das novas demandas trazidas pelos estudantes.

A escola já enfrentava inúmeras dificuldades na educação com a adaptação das crianças mesmo antes da pandemia, porém o cenário mudou muito e diante disso há grande necessidade de se proporcionar novos estímulos para os/as estudantes. Os/as profissionais compreendem as dificuldades e as perdas do período fora da escola, por isso a preocupação em proporcionar um ambiente escolar acolhedor que faça toda a diferença contribuindo com a diminuição da infrequência e do abandono escolar e proporcionando um desenvolvimento integral mais interessante e prazeroso.

A evasão escolar é um problema a ser enfrentado na perspectiva de uma educação de qualidade, como um instrumento que seja atraente e não excludente, como prevenção e combate à violência e à imensa desigualdade social, beneficiando assim toda a sociedade. Não basta lotar as salas de aula como depósitos de pessoas, números para dar contas de índices e recursos; mas ampliar os espaços escolares e o número de escolas descentralizadas. Mais uma vez apontamos sobre políticas públicas e projetos governamentais voltados para o financiamento de educação de qualidade que possa de fato contribuir para a diminuição das desigualdades.

As desigualdades e a vulnerabilidade sociais expõem as crianças e adolescentes a inúmeras situações degradantes que causam problemas físicos e psicológicos. Para que a escola possa conhecer e ajudar os/as estudantes, são importantes tempos e espaços voltados à aproximação das famílias, potencialização do diálogo e descentralização das decisões, construindo coletivamente formas de contribuir, transformar e rever valores. Para tanto, são necessários espaços físicos pensados e voltados para o bem-estar de todos, salas de aula espaçosas e com espaço livre para garantir o movimento, fazer descobertas e proporcionar condições para o/a professor/a desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade. É preciso repensar o número de crianças por turma em relação ao espaço físico em todos os ambientes da escola. Para isso, é imprescindível desenvolvimento de políticas públicas que assegurem a autonomia pedagógica em relação ao currículo. União entre escola e família é fundamental neste novo momento como estratégia para o currículo – construído pelos/as profissionais da educação – com base nas vivências, na realidade/necessidade dos/as estudantes e da comunidade onde a escola está inserida. Para a escola ser concebida como espaço de mudança, é imprescindível a elaboração de um projeto político pedagógico (PPP) contextualizado.

UM OLHAR SOBRE O CURRÍCULO

O currículo sofre com os resultados da crise, demandando o fortalecimento do acolhimento e a reordenação das relações entre os diferentes sujeitos da instituição escolar. A nova escola exige novos saberes que devem respeitar e aproveitar os conhecimentos e experiências, estimulando e enriquecendo a aprendizagem através de atividades lúdicas, considerando o brincar, as artes, a música e a diversão como ação pela qual a educação possa ser garantida de forma prazerosa e feliz. É fundamental valorizar a leitura e os livros, mesmo que em novos formatos, para fins de estudos científicos, de pesquisa, de construção de conhecimento, sempre inserindo mais poesia para a educação. Isso se dá com liberdade de ensinar e de aprender, respeitando a liberdade de cátedra, garantindo o direito de expressão e de livre pensamento, sem perseguições e/ou vigilância. Nesse sentido, não podemos defender a política de militarização das escolas públicas que impõe um determinado modo próprio de fazer a educação.



A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) merece uma análise crítica, que além de padronizar e esvaziar o currículo da educação básica, promove a alienação do fazer docente e é utilizada para formatar e descaracterizar a formação inicial e continuada dos/as profissionais da educação. Ademais, a BNCC não considerou as contribuições e críticas das entidades, dos/as profissionais da educação, de famílias, de comunidades escolares e dos/as estudantes. A BNCC é inaceitável do ponto de vista curricular, pedagógico e educacional. É uma proposta anacrônica ancorada em concepções ultrapassadas, um catálogo de competências e habilidades que aponta para a implantação de processos de padronização e controle, desconsiderando a diversidade cultural das comunidades e a autonomia dos sistemas de ensino, favorecendo interesses privatistas.

Na era digital é preciso olhar com muita atenção e se questionar quanto à consolidação de monopólios de plataformas digitais e tecnológicas as quais trazem consequências sobre a educação, fragilizando ainda mais os princípios do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e a própria liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento e o saber. É preciso fortalecer a centralidade do/a professor/a e dos/as estudantes na construção do conhecimento para que as comunidades escolares não fiquem às margens do fornecimento de informação do mercado, devendo ser considerada a construção de uma Plataforma Pública para a educação, viabilizada para se garantir práticas pedagógicas mediadas por tecnologias educacionais de acesso livre, públicas e gratuitas.

O meio ambiente e a sociedade de consumo precisam ser centrais num currículo voltado à redução das desigualdades, já que desse aprendizado depende o futuro da humanidade. A prática ecologicamente sustentável deve estar presente em todos os ambientes da escola para ser disseminado entre a sociedade. O ambiente escolar deve ser coerente com o discurso pedagógico de preservação do meio ambiente potencializando práticas positivas como o aproveitamento de alimentos, separação do lixo, consumo consciente de água e economia de energia.

É necessário conhecer as causas da crise ambiental e as consequências do sistema capitalista e suas perversas políticas de destruição dos ecossistemas: exploração excessiva dos recursos naturais, geração de resíduos/poluição de toda a espécie, acentuada emissão de poluentes causadores de doenças, variadas intempéries climáticas e a extinção de formas de vida. A unidade currículo e escola deve estar permanentemente voltada para a sustentabilidade ambiental.

O aumento do número de inclusão pressupõe um esforço coletivo da escola para garantir oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem de qualidade. Muitas crianças estão necessitando de atendimento especializado, mas há crianças sem laudos que ficam desassistidas. Para que os/as estudantes tenham acesso a um atendimento Educacional Especializado (AEE), é necessária a eficiência da rede de apoio – união entre educação, saúde e assistência social –, uma vez que os atendimentos estão sem previsão e as famílias com muitas dificuldades financeiras. Escolas com espaços inclusivos e adaptados, capacitação e aumento do número de profissionais de apoio e atendimento em rede são algumas estratégias que colaboram com o processo de inclusão. O preconceito permeia a sociedade, e a escola é o espaço ideal para esse debate sobre o respeito ao diferente e a potencialidade que traz a diversidade e a inclusão, porque nossas diferenças nos completam. Com tudo isso alinhado, poderemos ter uma educação com mais qualidade para todos, todas e todes.



REPENSANDO A AVALIAÇÃO

Diante de tantos desafios advindos da pandemia, é imprescindível um novo olhar acerca da avaliação focada muito mais nos sujeitos e nas dificuldades trazidas pelo isolamento social. A avaliação como acompanhamento contínuo e único, considerando que cada pessoa tem seu tempo, seu ritmo e seu próprio processo de aprender e se desenvolver. É essencial observar, acompanhar e analisar os avanços e dificuldades da turma de forma individualizada, considerando o modo de agir, sentir, pensar. No processo de avaliação é necessário desenvolver ações pedagógicas e subsídios à elaboração de pareceres descritivos voltados às habilidades e desenvolvimentos individuais, desviando o olhar do foco central de conceitos, aprovação e reprovação. Processos formativos e avaliativos precisam ser contextualizados e vinculados a projetos educativos democráticos, contrapondo o entendimento da avaliação como medida de resultado e instrumento de controle e competitividade no campo educacional.



A avaliação deve ser concebida como mecanismo de concepção e não de execução, respeitando a caminhada que os estudantes vêm trilhando desde o início da pandemia. É preciso políticas públicas que percebam a avaliação não somente como verificação do rendimento escolar, mas também como meio para aferir o quão adequado é o Projeto Político-Pedagógico (PPP) aos/às estudantes e ao contexto social/local, entendida como um processo complexo e plural.

Durante o período pandêmico muitos/as estudiosos/as e pensadores/as da educação trouxeram inúmeras reflexões sobre a necessidade de mudanças no sistema educacional, na forma de planejamento, no currículo escolar e nos espaços físicos.



Na ânsia de trazer novas perspectivas, foram proporcionadas inúmeras palestras e lives sobre essa temática. Muitos espaços profissionais se reestruturaram e modificaram suas dinâmicas de trabalho; no entanto, os/as professores/as retornam para a escola e continuam fazendo a mesma coisa, da mesma forma, reproduzindo dinâmicas retrógradas, sem os debates relacionados às mudanças impostas pelo ensino remoto e sem recursos tecnológicos adequados para o novo lugar que deveria ser a escola depois de todo esse período e de tudo que se aprendeu.

**O D E S A F I O D E
R E P E N S A R A
E D U C A Ç Ã O E A E S C O L A
E S T Á C O L O C A D O H Á
T E M P O S, E P A R A Q U E A
E S C O L A E A E D U C A Ç Ã O
N Ã O F R A C A S S E M C O M
A F O R M A Ç Ã O D O S
S U J E I T O S P A R A O
F U T U R O, É C H E G A D A A
H O R A D E A G I R P A R A
P O S S I B I L I T A R Q U E
O S / A S P R O F I S S I O N A I S
D A E D U C A Ç Ã O D E E M
C O N T A D E S T E S N O V O S
T E M P O S.**





EDUCAÇÃO

A Educação Infantil merece especial atenção por ser a base de todo o processo educativo que privilegia a socialização, o brincar, o educar e o cuidar como complementares e indissociáveis. A pandemia afetou muito essa etapa e, no retorno presencial, observa-se as crianças mais individualistas e com dificuldade de organização cognitiva demonstrando pouco interesse em jogos e em atividades pedagógicas. Esse período causou lacunas no desenvolvimento, inclusive dificuldades de fala e de relacionamento. Atualmente algumas crianças demonstram que estão tendo acesso a conteúdos musicais com linguagens inadequadas para a faixa etária e ao contexto escolar da Educação Infantil. Profissionais atribuem a isso a exposição excessiva à internet e à conteúdos que não condizem com esta faixa etária. O uso das tecnologias nessa etapa deve ser supervisionado e controlado, visto que não pode causar prejuízos ao jogo simbólico que é construído pela imaginação a partir da relação com o outro, comprometendo a socialização, a empatia e a construção de conhecimentos que perpassam pelo lúdico ao brincar com o outro.

INFANTIL

A jornada escolar foi comprometida pela ausência do convívio social. Profissionais observaram a falta de autonomia das crianças para realizar as tarefas habituais de higiene e de alimentação. As crianças demonstraram hábitos seletivos em relação aos alimentos oferecidos pela escola. Na socialização, houve grande dificuldade para resgatar-se as regras de convivência e adaptação à rotina de horários estabelecida pela instituição.

Por ser um importante marco na infância, é importante despertar novos olhares e a compreensão do mundo a sua volta através de estímulos constantes incentivando a curiosidade, aproximando a comunidade escolar através de ações que envolvam a efetiva participação dos familiares. Nesse processo nos cabe trabalhar: movimento, música, artes visuais, noções espaciais, múltiplas linguagens, natureza e sociedade. Dessa forma, o conhecimento será construído de forma prazerosa.

A Educação Infantil busca atender às necessidades das crianças com acolhimento, escuta, um olhar sensível e observador em um ambiente escolar seguro para que a criança se sinta livre para explorar todos os espaços e tempos da educação. Para tanto, os/as profissionais precisam de constante aperfeiçoamento, como formação continuada, maiores investimentos, suporte técnico e recursos humanos especializados bem como olhares atentos para compreender as diferentes realidades e buscar novas formas de fazer a Educação Infantil.

DESPERTAR NOVOS OLHARES

REPENSAR o espaço da Educação Infantil nas EMEFs;

DEBATER sobre a Hora Atividade fragmentada dos/as professores/as de Educação Infantil de 25h que atendem nas EMEFs;

GARANTIR a indissociabilidade entre o cuidar e o educar, estabelecendo um currículo a partir dos eixos norteadores da educação infantil: brincadeiras e interações;

EXPANDIR e melhorar a estrutura física de escolas públicas de educação infantil, sendo respeitadas as normas de acessibilidade, pensando desde a construção os espaços de recreação e ludicidade;

GARANTIR a aquisição de equipamentos mobiliários e tecnológicos, assegurando um trabalho pedagógico de qualidade, pensando na adequação de equipamentos já existentes;

CONSTRUIR, AMPLIAR E MANTER, de acordo com a demanda de cada comunidade, escolas públicas de educação infantil, com parâmetros de qualidade, garantindo o AEE, com profissionais dessa área e prioritariamente servidores/as públicos/as qualificados/as;

PROPORCIONAR formação continuada dos/as profissionais da educação infantil, garantindo o atendimento por profissionais da educação com formação superior, proporcionando e/ou contribuindo com programas de mestrado e doutorado;

FORTALECER a parceria com universidades, em especial as locais, cursos de pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas aos processos de ensino e de aprendizagem e às teorias educacionais, no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade;

ASSEGURAR que todas as instituições de educação infantil tenham seus PPPs e Regimentos Escolares, construídos de acordo com as demandas e participação de cada comunidade, adequando-os às normas do sistema de ensino;

PROPORCIONAR atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), Altas Habilidades e Superdotação (AH/SD) e Transtorno do Espectro Autista (TEA), educação bilíngue para crianças com deficiência auditiva, o Sistema Braille para crianças com deficiência visual e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica, com profissionais especializados;

ORIENTAR E APOIAR as famílias por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade;

ASSEGURAR a gestão democrática nas escolas de educação infantil com a indicação das equipes diretivas através de eleição nas comunidades escolares;

GARANTIR o turno integral com qualidade nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMI) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF);

OFERECER formação continuada de forma efetiva considerando a realidade de cada contexto escolar e dentro da carga horária de trabalho dos/as professores/as.

A etapa dos Anos Iniciais da Educação Básica tem sido extremamente desafiadora levando os/as profissionais da educação à exaustão com a reorganização das aulas presenciais e a cobrança da recuperação dos prejuízos na aprendizagem. No entanto, o maior desafio tem sido o comportamento dos/as estudantes em sala de aula após dois anos de ensino remoto. Os/as estudantes mostram-se mais inquietos/as, agitados/as, rebeldes e arredios/as. Apresentam dificuldades em seguir as regras, como se tivessem desaprendido a convivência no coletivo escolar. Desacostumaram a ficar em sala de aula por longo tempo e a se concentrar nas atividades propostas pelo/a professor/a, que ainda utiliza o quadro em sala de aula por ter recursos tecnológicos limitados os quais foram amplamente utilizados para as aprendizagens durante o período de afastamento.

Os/as estudantes demonstram constantemente o desejo de se expressar e frequentemente interrompem a fala do/a professor/a. Hábitos da rotina escolar precisaram ser retomados e reconstruídos para este novo período. Algumas salas de aula receberam a tela interativa, mas é preciso aumentar a oferta de aparelhos, principalmente aos/as professores/as do bloco pedagógico, podendo ser uma para cada turma até completar as salas.

As escolas receberam Cromebooks e foi ofertada formação continuada a fim de capacitar os/as professores/as a utilizarem novas tecnologias, mas ainda há pouca procura.

Aliado à falta de estrutura e exposição exagerada às telas eletrônicas, uma série de desajustes foram observados no desenvolvimento como: dificuldade de aprendizagem, de interação social e de criar vínculos. Essa mistura de fatores trouxe consequências na adaptação ao ambiente escolar. Tem-se percebido determinados comportamentos dos/as estudantes com a volta às aulas presenciais como, por exemplo, medo, ansiedade e estranhamento. A crescente exposição a aparelhos eletrônicos sem a devida supervisão e, muitas vezes, a falta de apoio ou estrutura no período remoto tornou o retorno presencial carregado de dificuldades e limitações. Isso levou as famílias e a escola a solicitar apoios pedagógicos diversos.

Estudar da forma que conhecemos é tarefa coletiva e essa configuração é bem diferente do mundo virtual vivido intensamente nesses últimos anos em que individualmente o estudante teve a facilidade de, ao clicar, receber o conteúdo instantaneamente, perdendo o valor do espaço escolar como referência para construção de conhecimentos. Esse espaço precisa ser reavaliado, ressignificado e modificado. O cansaço físico e mental dos/as professores/as, nesse período, é consequência dos fatores apontados acima e, por isso, é imprescindível uma rede de apoio efetiva. Assim como houve a adaptação ao ensino remoto, agora é preciso tempo para retomar o ensino presencial. **Não podemos ignorar que a pandemia inseriu todos na tecnologia e simplesmente fazer de conta que não aconteceu. É urgente e necessário que a escola se adeque a esse perfil conectado da sociedade.**

REAVALIANDO O ESPAÇO ESCOLAR



APONTAMENTOS

FÓRUMS DE DEBATES

AVALIAR o período de pandemia e suas consequências;

AVALIAR o Bloco Pedagógico;

DIAGNOSTICAR as aprendizagens e construir alternativas de repactuação do período da pandemia construindo alternativas em conjunto considerando as especificidades das comunidades escolares e a gestão democrática;

IMPLEMENTAR o cargo "Orientação Educacional" para atendimento das famílias e suas demandas, colaborando com os supervisores que poderão se dedicar ao trabalho pedagógico com mais qualidade;

POSSIBILITAR o acompanhamento individualizado dos/as estudantes dos anos iniciais fortalecendo a permanência e o aproveitamento escolar, bem como o combate às situações de discriminação, preconceito e violência na escola, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

BUSCAR maior participação do Conselho Tutelar em parceria com as escolas e comunidade para combater a evasão, o abandono escolar, a exploração e a violência infantil;

FORTALECER a inserção das escolas em movimentos culturais a fim de proporcionar a oferta regular de atividades culturais;

AMPLIAR a aquisição de recursos tecnológicos de forma a colaborar com a inserção do estudante no ambiente digital de forma pedagógica e responsável;

ORGANIZAR pedagogicamente de maneira flexível o trabalho, o tempo e as atividades, incluindo adequação do calendário escolar, considerando a realidade e a identidade cultural da comunidade escolar;

FORTALECER mecanismos de gestão democrática na escola e a descentralização das decisões através da eleição de equipes diretivas, conselhos escolares e grêmios estudantis;

PROPORCIONAR espaços e tempos de aprendizagens extracurriculares preferencialmente para os estudantes com dificuldade de aprendizagem e em situação de vulnerabilidade social;

DIÁLOGO e construção coletiva da educação na rede municipal de ensino de São Leopoldo;

PROVER acesso à internet de alta velocidade com sinal acessível em todos os ambientes das escolas públicas;

ASSEGURAR, sob responsabilidade da mantenedora municipal, que a educação do campo ofereça o indispensável apoio pedagógico aos estudantes, incluindo condições infraestruturais adequadas, bem como materiais pedagógicos, equipamentos e tecnologias da informação, laboratórios, bibliotecas e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e a diversidade do povo do campo;

PROPORCIONAR formações on line possibilitando maior participação por parte dos professores e ofertadas após o horário de trabalho;

PROPORCIONAR formação aos/às professores/as que possuem dificuldades em acessar plataformas e executar tarefas através dos meios tecnológicos;

OFERTAR curso permanente focando alfabetização no Bloco Pedagógico aos/às professores/as que trabalham com esta etapa;

AMPLIAR a formação para que os/as professores/as dos anos finais do Ensino Fundamental consigam trabalhar com alunos que estarão semialfabetizados;

AMPLIAR a carga horária referente às salas do Espaço de Aprendizagem e da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) a fim de atender aos/às estudantes de todas as etapas que necessitem deste auxílio, até que melhorem os índices de alfabetização da rede municipal de ensino.



ANOS FINAIS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS/EJA

A etapa dos anos finais traz as dificuldades das aprendizagens que foram perdidas durante pandemia com o afastamento do ambiente escolar. Muitos/as estudantes retornam com déficits de aprendizagem e casos de não alfabetização. São observadas as mesmas dificuldades de convívio social e de aprendizagens apresentadas nos anos iniciais. Foi exigido o intenso trabalho dos/as profissionais para além da sua formação acadêmica com a necessidade de revisão de conteúdo das etapas anteriores que ficaram defasadas sendo preciso apoio pedagógico para dar conta do currículo.

Durante o período de aulas remotas, reforçou-se a importância do ensino presencial. No entanto, faz-se necessário repensar um formato mais efetivo da EJA que dê conta da sociedade conectada e do novo mundo do trabalho. Com o aumento da dificuldade financeira dos/as estudantes e o crescimento do trabalho informal ocorre um grande aumento do número de evasão escolar. O acesso à EJA por vezes é uma possibilidade de transformação e melhoria de vida, por isso essa modalidade precisa contemplar um novo contexto social.



GARANTIR espaços de aprendizagem para todos/as os/as estudantes dos anos finais, com professor/a concursado/a para trabalhar as defasagens;

CONSTRUIR alternativas com escolas para repactuação das aprendizagens de estudantes que estão chegando ao sexto ano sem saber ler;

DEBATER com os/as profissionais da educação da rede municipal de educação de São Leopoldo a reorganização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para que esta seja ofertada de forma mais efetiva de acordo com as necessidades específicas dos/as estudantes como polos de aprendizagem geograficamente distribuídos, garantindo a formação continuada;

SUPRIR a falta de profissionais com formação nas diversas áreas e específicas para a EJA na quantidade necessária para a garantia do atendimento educacional;

EFETIVAR uma rede de proteção contra formas associadas de exclusão que causam a evasão e abandono escolar;

FORTALECER a permanência, o aproveitamento escolar e socialização combatendo a discriminação, o preconceito e a violência, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

FORNECER o acesso à internet de alta velocidade com sinal acessível em todos os ambientes das escolas públicas,

ESTIMULAR a participação dos/as adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

PROMOVER da cultura de paz nas escolas;

GARANTIR a educação de qualidade através de condições infraestruturais adequadas, materiais pedagógicos, equipamentos e tecnologias, laboratórios, bibliotecas e áreas de lazer e desporto;

DIVERSIFICAR o currículo da EJA, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho com as novas tecnologias;

CONSIDERAR um percentual da educação através das plataformas digitais e Educação à Distância na EJA.

INCLUSÃO E DIVERSIDADE

A educação tem caráter social e deve ser garantida por meio de concepções pedagógicas emancipatórias e inclusivas. O objetivo central para a formação integral do sujeito de direito deve promover o respeito e a valorização da diversidade – étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, linguística, dentre outras.

A escola deve fortalecer e ampliar ações, programas e políticas que digam respeito às especificidades da educação numa perspectiva inclusiva do campo, quilombola, especial, indígena, em situação de itinerância, jovens e adultos, LGBTQIA+, imigrantes, prisional, dentre outras.

O currículo deve voltar-se para elevar a condição cidadã desses/as brasileiros/as historicamente marginalizados/a para que possam exercer seu direito constitucional. Na perspectiva inclusiva de respeito à pessoa humana e seus direitos fundamentais, a diversidade e a igualdade são garantidas. **A justiça social nos leva a compreender que a pobreza, a miséria, o racismo, o sexismo, a LGBTQIA+fobia, e todo e qualquer tipo de discriminação, preconceito, violência e intolerância devem ser combatidos.** A educação democrática e cidadã necessariamente respeita a diversidade, garante os direitos humanos e se pauta na justiça social e na inclusão.



PROMOVER educação especial e inclusiva para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência;

OPORTUNIZAR a educação especializada respeitando as particularidades de cada sujeito com ou sem laudos médicos;

ASSEGURAR para pessoas com deficiência o Atendimento Educacional Especializado (AEE);

PROMOVER uma rede de proteção com atendimento interdisciplinar;

GARANTIR materiais didáticos acessíveis e serviços de acessibilidade necessários;

COMBATER situações de discriminação, preconceito e violência, estabelecendo condições adequadas para o sucesso educacional em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

GARANTIR profissionais da educação especializados/as com formação em educação especial para a garantia de uma educação inclusiva para turmas com estudantes com deficiências;

OPORTUNIZAR a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) aos/às estudantes surdos/as e com deficiência auditiva, nos termos do artigo 22 do Decreto nº 5.626/05 e dos artigos 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos/as e surdo/a-cegos/as;

CONSIDERAR as culturas e as especificidades da educação para pessoas do campo e indígenas;

GARANTIR acessibilidade nas instituições públicas e privadas, garantindo o acesso e a permanência dos/as estudantes com deficiência, por meio da adequação arquitetônica das escolas;

GARANTIR educação inclusiva através do combate às desigualdades étnico-racial, econômica, social, tecnológica-digital, sexual, geracional, religiosa e de gênero;

FOMENTAR políticas públicas estratégicas para garantir direitos sociais por meio da inclusão e do respeito à diversidade;



Drag Queen Rebeca Rebu no I CONCEPROL 2022



INCLUSÃO E DIVERSIDADE

COMBATER as diferentes formas de violência contra os povos de diferentes culturas e nacionalidades;

PROPORCIONAR uma educação laica e combater a intolerância religiosa e ataques às diversidades práticas culturais, assim como a invisibilização das/os suas/seus praticantes;

COMBATER a violência e morte de mulheres, assim como, das pessoas LGBTQIA+;

GARANTIR direito à educação pública, gratuita, multicultural, laica, democrática e inclusiva, com qualidade social e que reconheça e respeite as diferenças;

GARANTIR direitos educacionais de indígenas, quilombolas, ciganos, circenses, pessoas privadas de liberdade, de negras e negros, mulheres (especialmente, mães solo), pessoas assentadas/acampadas, povos do campo, populações itinerantes, moradores/as de vilas, periferias, comunidades e favelas, crianças e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades;

COMBATER cultura do ódio na vida off-line e online com ataques machistas, racistas, sexistas, misóginos, LGBTQIA+fóbicos, xenofóbicos e outros como a violência cibernética, cyber bullying, vulnerabilidade dos dados e invasão de privacidade;

PROMOVER uma educação democrática e popular, que reconheça, promova e estimule o respeito à diversidade, que garanta os direitos humanos e se pautem na ética, na justiça social e na inclusão;

PROMOVER a defesa de políticas educacionais marcada pela democracia, igualdade de direitos, reconhecimento à diversidade, justiça social e inclusão;

TRABALHAR as questões étnico-raciais durante o ano todo;

GARANTIR direito à aprendizagem para todos os sujeitos;

GARANTIR atendimento através de parecer técnico às crianças e estudantes que não possuem laudo;

PENSAR em como garantir as legislações inclusivas já existentes no município;

GARANTIR os direitos de aprendizagem das crianças e estudantes;

FOMENTAR a qualificação profissional;

AMPLIAR espaços de trocas de experiências entre os/as profissionais de educação do município;

AMPLIAR o fortalecimento de Ações de Busca Ativa para garantia do Acesso e permanência de crianças e estudantes na escola;

CONSIDERAR a diversidade (gênero) usando a linguagem neutra na produção textual;

AMPLIAR as redes de acesso à saúde, psicossocial em conjunto com a educação;

DESCENTRALIZAR as equipes de atendimento do Núcleo de Apoio e Pesquisa ao Processo de Inclusão (NAPPI) articulando com as redes de proteção;

GARANTIR auxiliares com capacitação ao processo de inclusão para dar suporte e apoio qualificados em sala de aula e ao processo de inclusão;

GARANTIR as estagiarias como sujeitos em processo de aprendizagem e que tenham orientação de profissionais capacitados/as.



É fundamental consolidar a gestão democrática como princípio básico da educação. Deve ser uma busca incessante o fortalecimento dos órgãos e processos colegiados em todas as estruturas educacionais com a legítima e efetiva participação da sociedade. Desse modo, defendemos a efetivação de uma gestão autônoma da educação e de suas instituições, com espaços de liberdade e pensamento de todos envolvidos: profissionais da educação, famílias, funcionários/as e estudantes. Toda a comunidade precisa fortalecer a centralidade dos projetos político-pedagógicos.

Uma gestão democrática deve garantir processos de indicação de dirigentes possibilitando a escolha de suas representações para a gestão da escola através da eleição das equipes diretivas nas unidades escolares, bem como Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis. Para uma efetiva democracia no espaço escolar, é preciso do envolvimento da comunidade nos órgãos de controle social como o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS-FUNDEB). Não basta eleição de direção para termos a gestão democrática. Temos que fortalecer os colegiados incentivando e garantido a participação da comunidade escolar nos mais variados segmentos. A participação efetiva da comunidade nesses órgãos fiscalizando recursos e deliberando políticas educacionais é essencial. Sem isso, não temos democracia na escola.



GESTÃO DEMOCRÁTICA

É uma construção coletiva que necessita que sua concretização não se limite apenas a sua efetivação legal ou cartorial. Exige diálogo e participação em todas as esferas.

A partir do que foi dito nos questionamos qual o modelo de gestão democrática que efetivamente temos. A que teoriza os preceitos defendidos pela categoria de professores/as, representados/as em suas comissões, fóruns, conselho de educação municipal, associações, sindicatos e confederações, ou a que não efetiva o exercício democrático de diálogo com os segmentos? Defendemos uma construção coletiva das decisões que estão diretamente ligadas à realidade individual de cada comunidade escolar. É preciso romper com a lógica da democracia neoliberal em que o diálogo com os sujeitos envolvidos nunca ocorre e as decisões políticas vem de cima para baixo.

CONSTRUÇÃO COLETIVA

**A PARTIR DESSAS REFLEXÕES DEFENDEMOS AS DEMANDAS
QUE NO PERÍODO DE PANDEMIA SE TORNARAM MAIS URGENTES:**

DIALOGAR permanente para uma construção pedagógica com respeito às diferentes realidades das nossas comunidades escolares;

DIALOGAR com os representantes da categoria de professores e pais representados/as pelos conselhos escolares sobre as demandas de cada escola;

DIALOGAR com representações em instâncias como sindicatos, conselho de educação e outras que compõem a Gestão Democrática;

ALTERAR a Lei de Gestão Democrática constituindo Grupo de Trabalho que envolva representantes da Secretaria Municipal de Educação (SMED), Fórum Municipal de Educação (FME), Conselho Municipal (CME), CEPROL sindicato com cronograma definido para sua conclusão;

NORMATIZAR o aumento de carga horária para supervisores/as escolares, para que as demandas da equipe diretiva não se sobrecarreguem com as inúmeras necessidades oriundas destes dois anos de pandemia;

CRIAR de cargo de orientação escolar e psicopedagogas inicialmente para cada unidade das escolas prioritárias;

APOIAR e prover técnica e financeiramente a gestão escolar, mediante transferência direta de recursos financeiros à escola;

ASSEGURAR condições para a efetivação da gestão democrática da educação pública;

RESPEITAR e incentivar a livre organização estudantil na educação básica, inclusive, com espaço adequado e condições de funcionamento para suas entidades representativas;

ESTABELECER o fortalecimento e a paridade dos Conselhos Escolares como instrumento de participação e deliberação;

GARANTIR formação continuada para gestores/as escolares, eleitos/as em processo democrático em sua comunidade escolar;

DIMINUIR o número de estudantes por metro quadrado ampliando os espaços de atendimento e diminuindo o número de estudantes por profissionais;

DEFENDER o concurso público para todos/as trabalhadores/as em educação da rede municipal de ensino, fortalecendo a gestão democrática e combatendo precarização das relações de trabalho para a garantia de direitos;

REVER a lei de gestão democrática quanto a diminuição do número de estudantes para contemplar num maior número de escolas o cargo de vice-direção.

APONTAMENTOS

FÓRUMS DE DEBATES



VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SÃO
FUNDAMENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO
DE UMA NOVA SOCIEDADE.
POR ESSE MOTIVO,
DEVEM SER RESPEITADOS/AS E
VALORIZADOS/AS DIANTE DA IMENSA
RESPONSABILIDADE COM
O FUTURO SUSTENTÁVEL
E SOCIALMENTE JUSTO.**



AVANÇAR na qualidade de ensino através de formação continuada dos/as profissionais da educação docentes, por meio de sua inserção nos grupos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da região;

GARANTIR licença de carga horária de trabalho, com manutenção da remuneração, para os/as profissionais da educação realizarem cursos a pós-graduação stricto sensu;

GARANTIR a valorização efetiva e compatível com os níveis de pós-graduação para a progressão do plano de carreira dos/as profissionais da educação municipal;

FORTALECER programas de formação inicial e continuada através de plataforma eletrônica;

AMPLIAR a oferta de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu à profissionais da educação básica das redes públicas;

GARANTIR o Plano de Cargos e Carreiras (Lei nº 6573/2008);

ASSEGURAR 1/3 (um terço) da carga horária do para hora atividade, garantindo o percentual de hora atividade em local de livre escolha (HALLE);

GARANTIR a todos/as os/as profissionais da educação a incorporação de rendimentos correspondentes às progressões e vantagens da carreira;

IMPLEMENTAR políticas de valorização dos/as profissionais, com reajuste salarial, equiparando o rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente;

ASSEGURAR no plano de carreira dos/as profissionais da educação, a promoção de saúde e bem-estar a todos esses profissionais com a garantia de plano de saúde;

GARANTIR a liberdade de cátedra decreto nº 9165, de 23 de novembro de 2018; estabelecer legislação que abarque as questões relacionadas aos direitos com as causas de casais homoafetivo;

DEFENDER a licença remunerada para formação continuada.

Uma educação de qualidade só se faz com a valorização dos profissionais da educação. A valorização profissional exige formação inicial e continuada, carreira, salários, condições de trabalho e políticas de saúde dos/as trabalhadores/as. Para efetivação de uma educação pública de qualidade é preciso de investimento no serviço público, concurso para provimento dos cargos, estabilidade de servidores, garantia da implantação de piso salarial e planos de carreira para profissionais da educação.

Da mesma forma, defendemos a necessidade de revogação da Lei 13.415 de 16/02/2017, que determinou a reforma do ensino médio, originada em Medida Provisória imposta sem discussão com a sociedade, alterando a LDB em diversos aspectos, inclusive no que se refere aos profissionais da educação – impôs a figura do “notório saber” sem qualquer critério.

A valorização profissional exige a garantia da Lei Federal nº 11.738/2008 que institui o Piso Nacional para o magistério e a jornada de trabalho observando o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os/as estudantes, sendo 1/3 destinados à Hora Atividade que é um período de tempo de trabalho para reuniões, formações, planejamento pedagógico, avaliação e colaboração com a escola. **Enfatizamos a importância da Hora Atividade em Local de Livre Escolha e a garantia da Lei Municipal nº 6573/2008 (Plano de Cargos e Carreiras) na sua totalidade.**

É imprescindível critérios de progressão continuada que elevem a remuneração progressivamente pelo tempo de atuação e a elevação da formação incentivando o/a profissional a permanecer na carreira, assegurando salário e remuneração dignos.

Os/as profissionais da educação são trabalhadores/as como qualquer outro/a que necessitam de seu trabalho para subsistência. São pessoas que sobrevivem com seus salários e têm famílias para sustentar. É preciso pensar na saúde dos/as trabalhadores/as através de um plano de saúde que contemple a realidade econômica da categoria e com ampla rede de atendimento. Um programa de alimentação que dê conta da segurança alimentar para os/as servidores/as de forma equiparada entre as categorias e que seja assegurado através de regulamentação legal.

A valorização profissional que perpassa pelo investimento no setor público foi prejudicada pela falta de recursos provenientes da Emenda Constitucional nº 95/2016, a qual congelou investimentos por vinte anos causando o desemprego, o empobrecimento e a precarização do atendimento à população. A maioria dos/as servidores/as públicos/as foram penalizados/as na pandemia com a Lei Complementar nº 173/2020 que retirou direitos conquistados causando o empobrecimento da categoria.

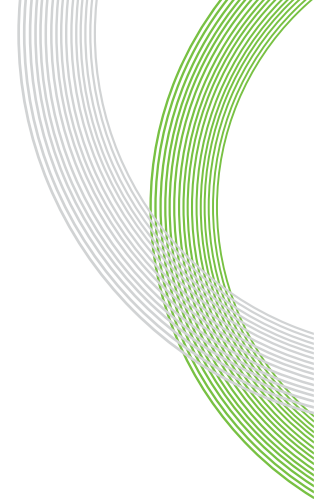
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

**A EDUCAÇÃO COMO DIREITO PRECISA SE CONTRAPOR AOS RETROCESSOS DA
RETIRADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE AFETAM TODA A SOCIEDADE E,
SOBRETUDO, OS/AS MAIS POBRES E VULNERÁVEIS, E ESTA LUTA EXIGE
CONVERGÊNCIA E UNIDADE ENTRE AS FORÇAS DA SOCIEDADE
COMPROMETIDAS COM AS LIBERDADES E A DEMOCRACIA.**

O financiamento público da educação básica trará a possibilidade de avanço se cumprido o Plano Nacional de Educação (PNE), à luz das deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010 e de 2014, e da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), que asseguram o amplo debate e participação. Da mesma forma, avança-se com a garantia do cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação (PME/SL). Defendemos a plena regulamentação e implementação do novo e permanente Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Novo FUNDEB) como um fundo robusto com a instituição do Custo Aluno Qualidade (CAQ) como realidade e referência de justiça federativa, aliando qualidade e financiamento.

Combateemos os investimentos públicos no setor privado e defendemos a destinação dos recursos públicos exclusiva e progressivamente à Educação Básica e Superior para o financiando de uma educação pública de qualidade, popular e gratuita.

Nesse sentido, a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) vem para privatizar e terceirizar o setor público precarizando os serviços prestados à população, retirando direitos dos servidores e transferindo o dinheiro público para o setor privado que usufrui de toda sua estrutura. Essa "reforma" fragiliza os serviços públicos que deveriam ser gratuitos e atinge principalmente as populações historicamente marginalizadas, sendo o desmonte do Estado brasileiro e o fim dos serviços públicos. O financiamento do serviço público deve ser fortalecido com a efetivação de uma reforma tributária fortemente redistributiva, pela flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, pela taxação das grandes fortunas e revogação das demais medidas de ajuste fiscal que debilitam as políticas sociais.



GARANTIR o investimento público em educação pública; garantir o financiamento da educação para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica;

APLICAR os recursos públicos apenas em escolas públicas, com planejamento para que o Município assuma a oferta educacional de modo progressivo, substituindo o credenciamento junto às instituições privadas através de compra de vagas e convênios;

garantir o cumprimento de mecanismos que possam assegurar a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados na educação;

CUMPRIR a Lei do Piso Salarial Nacional, a data base e reajustes salariais para que não haja perdas salariais e progressivo aumento real;

GARANTIR a hora atividade de no máximo de 2/3 (dois terços) da jornada de trabalho semanal para o desempenho das atividades de interação com os estudantes, sendo que, 1/3 (um terço) da carga horária de hora atividade possa ser realizada à distância;

ELEVAR gradualmente o valor do repasse financeiro destinado às escolas públicas, observando o período parcial e integral de atendimento nas instituições, oferecendo melhor atendimento ao estudante e à escola pública de qualidade;

DEFENDER o projeto do Novo FUNDEB Permanente de acordo com o projeto senadora Fátima Bezerra que incluiu alguns dispositivos ao texto original;

FORTALECER os conselhos de controle social, garantindo e dar autonomia aos conselhos municipais, estaduais e federais;

REVOGAR a destinação de recursos através do Valor Aluno Ano-Resultado (VAAR) como parâmetro de distribuição de financiamento;

COMBATER o homeschooling principalmente no que tange o investimento público;

GARANTIR investimentos em recursos didáticos que contribuam na prática pedagógica (incluir a situação da filosofia e sociologia que não tem material adequado), com uma análise crítica aos livros didáticos que chegam à rede de ensino;

GARANTIR reposição das perdas de progressão de carreira geradas pela Lei Complementar nº 173/2020 do governo federal no período da pandemia.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

É de conhecimento de todes os desafios advindos da pandemia e ninguém saiu ileso. Pensar e debater no coletivo, ouvir todas as partes sobre o que se viveu e os rumos da educação é fundamental. Durante o período de isolamento social ficou evidente o quanto a educação e a escola são necessárias com todo o apoio que prestam à comunidade e às famílias. Contudo, é preciso repensar a escola considerando a melhoria da estrutura em relação ao espaço físico para a efetivação de um atendimento qualificado. Esse atendimento se dá com o provimento do número de profissionais necessários, inclusive para atendimento educacional especializado. Faz-se indispensável tempo e condições para organizar os espaços com menor número de alunos por turma, ambientes seguros para a alimentação escolar e segurança nutricional, suporte tecnológico qualificado com ampliação da cobertura de acesso à internet de banda larga e equipamentos para o desenvolvimento do trabalho docente em sala de aula.

Percebe-se o quanto as demandas coletivas unem e fazem toda a diferença. É o momento de fortalecer a comunidade e a democracia na escola, melhorando as relações por meio do diálogo e de acordos coletivos deliberativos como subsídios pedagógicos para a formação de sujeitos críticos e autônomos, que compreendam a responsabilidade coletiva de bens comuns como a educação. **O respeito às diversidades perpassa por dar voz aos que têm suas identidades negadas e foram invisibilizados historicamente pela sociedade, fortalecendo a participação significativa em todos os processos de tomada de decisões de mulheres, populações negras, indígenas, quilombolas, diversidades étnico-raciais, populações LGBTQIA+, entre outras.** Com o vertiginoso aumento das desigualdades sociais, o espaço escolar deve ser repensado coletivamente através da gestão democrática, visando garantir canais de comunicação eficientes entre a comunidade escolar e a mantenedora.



Uma educação humanizada e integral deve ser marcada por processos de acolhida, segurança, cuidados, escutas e diálogos entre todos os sujeitos da comunidade escolar.

Para tanto, são necessárias medidas de organização e utilização de espaço-tempo flexíveis com autonomia para elaboração do calendário escolar, currículo e avaliação. É momento de desacelerar e respeitar os tempos e os processos de ensino-aprendizagem ressignificando a educação como fruto da relação entre os sujeitos. Nesse sentido, um currículo escolar baseado em conteúdos não tem dado conta da educação, pois é preciso focar mais nas diversidades locais e sociais numa compreensão mais profunda do mundo e dos problemas da humanidade para a constituição do sujeito do futuro. A experiência da crise nos convida a repensar os novos tempos para a educação e promover o compromisso no combate às desigualdades e às discriminações. Deve-se considerar as realidades, as individualidades e as especificidades dos estudantes através da adequação da utilização de tecnologias de informação e comunicação, garantindo a privacidade e o tratamento de dados pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

A implementação de formatos de educação "acelerada" como justificativa para uma repactuação de aprendizagens é inaceitável na perspectiva de uma educação humanizada, tendo em vista que modelos que não respeitam os tempos de ensino-aprendizagem dos estudantes ferem a garantia do direito à educação. Urge a desburocratização pedagógica e a construção de soluções através da reorganização curricular de forma coletiva, participativa e significativa, contemplando a diversidade, as novas tecnologias e o novo ser humano em formação. Agora é a hora de destacar os valores humanos, entendendo a pedagogia e a avaliação como formas complexas que respeitem o sujeito e suas especificidades sem a padronização que nivela com notas e resultados. **Desenvolver novas formas de avaliação que valorizem abordagens mais qualitativas e menos quantitativas deve ser prioridade, antes de qualquer processo que privilegie a "recuperação" de conteúdos.**

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

Os/as profissionais da educação devem ter condições para poder considerar os diversos fatores para educação de qualidade nesses novos tempos: as diferentes condições sociais e econômicas dos/as estudantes e seus familiares, os estados emocionais e cognitivos do estudante e de sua família, diferentes formatos e metodologias para promover o aprendizado, respeito aos processos de ensino-aprendizagem, promoção da descentralização das decisões para fortalecer o vínculo entre a família e a escola, planejamento coletivo e colaborativo entre professores, reavaliação do currículo e flexibilização das formas de avaliação.

O momento convida à solidariedade e é, portanto, muito oportuno para desenvolver o trabalho colaborativo entre gestão escolar, professores e famílias. A experiência da crise nos convida a repensar os tempos/espacos e recursos que temos na função de apoio que as tecnologias podem desenvolver, sem perder o contato com o ambiente natural e social.

Talvez nosso maior desafio seja o fortalecimento da escola como lugar de garantia de direitos humanos em que profissionais da educação sejam agentes primordiais, compreendendo a centralidade da ação coletiva e do Estado. Para tanto, temos que repensar a rede de proteção para dar suporte em saúde e assistência social para as famílias com serviços públicos e gratuitos de forma universal.



É preciso atenção especial às crianças em situação de vulnerabilidade social através da adoção estratégias intersetoriais e rede de proteção para evitar a evasão e o abandono escolar.

Na concepção da educação como um direito, é necessário pensar em todos os/as sujeitos, buscar políticas educacionais de proteção e expansão da escola pública, valorizar os/as profissionais, financiar com recursos públicos combatendo processos de privatização a fim de garantir perspectivas sociais e revogar a EC 95/2016 do Teto de Gastos. Não sabemos como será o futuro da educação, mas sabemos que precisa ser diferente daquele modelo baseado na exclusão. Não podemos retornar à "normalidade", precisamos fazer da escola um local de enfrentamento e resistência ao sistema, abrigo contra interesses econômicos e políticos que colocam em risco a liberdade e o nosso futuro.



EDUCAÇÃO PARA UM NOVO TEMPO

O diálogo sobre educação, com toda sua implicação filosófica, é algo tão necessário quanto o oxigênio que nos libera da asfixia. Pensar na 'contramão da servidão' ideológica é libertário, e a educação é simplesmente o ponto nevrálgico de todo compromisso estabelecido pelas pessoas em sociedade. Educar para a liberdade parece ser mesmo revolucionário e propõe o entendimento das condições a que estamos lançados, ou, por que não dizer, a que nos lançamos. A responsabilidade, a ética, o compromisso com o outro (que somos nós mesmos) reclamam essa consciência, só mesmo reconquistada no diálogo. Quem sabe assim se possa estabelecer a ponte entre as pesquisas acadêmicas sobre o assunto e a vida concreta de pessoas reais, muitas vezes distantes da reflexão filosófica, mas nem por isso incólumes às ideologias impostas à educação, como a ideia corrente de que educar é, necessariamente, formar pessoas que possam gerar renda. (TIBURI, Márcia, 2019)



EDUCAÇÃO PARA UM NOVO TEMPO

Um novo tempo para a educação exige a superação das desigualdades. As pessoas precisam ter suas necessidades básicas atendidas para conseguir chegar a um determinado nível de conhecimento que seja capaz de transformar a sua vida e a sociedade. A Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, ou Pirâmide de Maslow, é um modelo que representa as principais necessidades do ser humano em ordem de prioridade: fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de realização pessoal. Esse estudo nos mostra que é imprescindível que as pessoas tenham suas necessidades básicas atendidas para ter o mínimo de dignidade em suas vidas e alcançar a aprendizagem e a construção de conhecimentos para intervir socialmente e mudar o futuro. Viver na insegurança traz medos, angústias e frustrações. Não há como se desenvolver plenamente se a preocupação maior é com a sobrevivência. As pessoas precisam ter acesso a bens e serviços, estar bem nutridas, ter um lugar digno para morar; visto que somente com segurança poderão aprender, conhecer, compreender e transformar o mundo à sua volta. Sem as necessidades básicas atendidas não há dignidade e não tem jeito da educação por si só ter êxito!

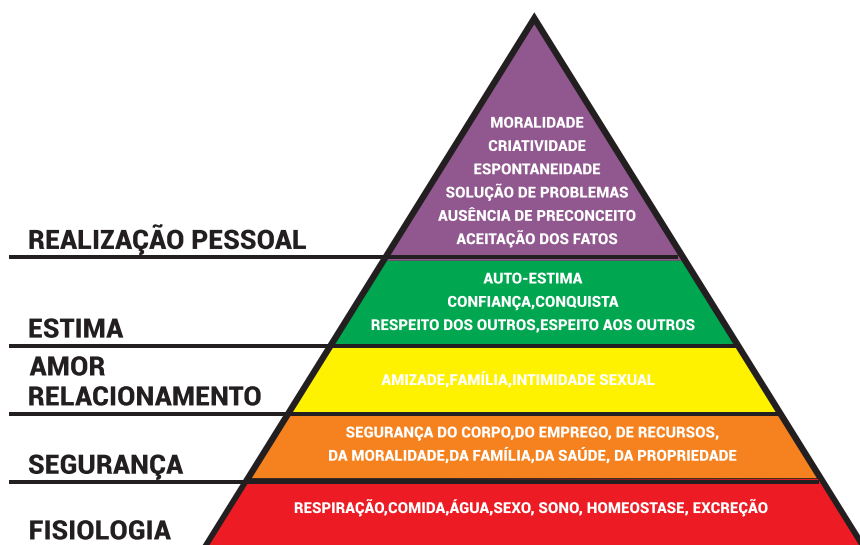
Diante das desigualdades e da exploração, cada vez mais são produzidos sujeitos sem perspectivas de encontrarem na educação a possibilidade de mudar de vida. Nossa sociedade está doente, porque a lógica do mercado corporativo é tóxica e sem sentido. Assim como a grande maioria dos/as trabalhadores, os/as profissionais da educação estão imersos/as em jornadas de trabalho exaustivas e rotinas estressantes que cada vez mais têm causado adoecimento do corpo físico atingindo principalmente a saúde mental, levando as pessoas ao desespero, à depressão e até ao suicídio e a morte.

Faltam investimentos, valorização profissional e salários isonômicos com outras categorias que possuem o mesmo grau de instrução.

Os/as profissionais necessitam de melhores condições de trabalho; porque o que se tem hoje são salas de aulas lotadas, cobranças incessantes das famílias para que se dê conta de uma educação que deveria vir de casa, burocratização dos processos educativos que, aliados a essa sociedade desajustada, estão causando cada vez mais o adoecimento dos/as professores/as e falta de interesse de profissionais para ingressar nessa área.

Não podemos morrer em vida trabalhando somente pela sobrevivência, temos que nos unir e nos movimentar no sentido da construção de uma nova sociedade mais igualitária, justa e humana utilizando o conhecimento para o início da transformação.





ETAPAS DA HIERARQUIA DAS NECESSIDADES DE MASLOW

Precisamos reescrever a história da humanidade, marcada por mecanismos de exploração e desigualdade sem as simplificações ideológicas como o neoliberalismo. Talvez o maior desafio seja o econômico, pois com a revolução digital e a racionalidade neoliberal do mercado os/a trabalhadores/as não são mais necessários/as, gerando uma explosão de desigualdade que obriga a massa da população a recorrer ao setor informal para sobreviver, sendo que os conhecimentos científicos e as tecnologias modernas permitem o desenvolvimento do mundo de maneira sustentável e equilibrada.

Numa sociedade em que o principal fator de produção é o conhecimento, é necessário desarticular o eixo principal das relações sociais baseado na competição para outra sociedade centrada na colaboração. Processos colaborativos são muito mais produtivos e sustentáveis do que a competição. A educação tem papel fundamental para essa concepção.

A redução das desigualdades de renda e riquezas depende de transformações político-culturais, de mecanismos financeiros comprometidos com um desenvolvimento equilibrado, novas tecnologias e a conectividade valorizando processos decisórios pela base da sociedade, fortalecendo a democracia. O combate à desigualdade econômica deve ser uma função social da escola, pois essa se articula com a desigualdade de gênero, de raça, de sexo, de idade, de regiões, etc., tendo de ser analisada e enfrentada no plural, na perspectiva do respeito e do combate à discriminação. É tempo de nos civilizar e construir um novo futuro. Lutar contra as desigualdades não é um ideal "comunista", mas a busca por uma sociedade mais humana e mais justa na qual as pessoas possam ter oportunidades e perspectivas de vida. O potencial colaborativo que se abre com a revolução digital pode ser potencializado pela educação, porque é ela que contribui para a formação da base da sociedade em que o conhecimento é o principal fator de produção das economias.





Na educação do futuro é fundamental considerar a inclusão digital de qualidade e a conectividade generalizada de todos os agentes econômicos e sociais, inclusive dos indivíduos. **Na era da economia e da sociedade do conhecimento, o atraso no processo de inclusão digital é inadmissível.** Exclusão ou inclusão digital parcial, aprofundam as desigualdades sendo que o acesso à internet e às tecnologias em escolas públicas deve ser compreendido como prioridade das dimensões científico-tecnológicas do desenvolvimento, visto que assegurar sistemas de acesso para todos tornou-se essencial.

Destruir os limites da inclusão digital constitui uma das iniciativas mais promissoras da atualidade. Na era do conhecimento e com as tecnologias disponíveis, a ideia de uma sociedade descentralizada e participativa se torna simplesmente realista, democratizando o acesso à informação e ao conhecimento. A conectividade global permite ainda mais interações colaborativas.

A inclusão por meio da educação e do acesso ao conhecimento será cada vez mais determinante à medida em que a dimensão do conhecimento nos processos produtivos dessa realidade virtual siga se tornando dominante. Esse novo tempo exige o resgate da dimensão pública e do acesso universal a serviços que são absolutamente essenciais como saúde, educação, segurança e a sustentabilidade ambiental fortalecendo a importância do papel do Estado na promoção de políticas públicas. A economia é dinamizada pela base com políticas públicas de emprego, visto que a informalidade e o desemprego podem ser transformados em produtividade através de investimentos nas pessoas e no conhecimento. Quando o principal fator de produção é o conhecimento imaterial e, portanto, passível de reprodução infinita e sem custos adicionais, abrem-se imensas oportunidades em que a colaboração é mais eficiente do que a competição.



A necessidade de uma mudança de valores na cultura de competição e de exploração não é utopia, trata-se de evitar o desastre. Estamos caminhando rapidamente para a destruição da nossa própria civilização, tanto pelos dramas ambientais quanto pela desigualdade explosiva que nos torna ingovernáveis e desarticula este pequeno avanço que tivemos de uma sociedade democrática.

Há relativamente pouco tempo para essa mudança. Conhecemos os dramas e os desafios e sabemos o que deve ser feito. Temos de sobra os recursos financeiros e tecnológicos necessários para assegurar a todos uma vida digna e confortável no quadro de uma sociedade sustentável. A questão é até quando toleraremos um sistema que está nos destruindo. Os rumos não são promissores e muito pouco é feito. **Será que teremos que assistir o aprofundamento da catástrofe planetária para que a humanidade desperte para novas formas de se administrar a sociedade? Até quando ficaremos observando passivamente nossa autodestruição? Precisamos nos conscientizar sobre o problema e lutar por mudanças.** A construção de uma sociedade efetivamente informada colabora para uma política voltada para o bem comum e não apenas destinada a assegurar a posição confortável da acumulação de fortunas às custas do futuro de todos nós. Os desafios são imediatos e a sociedade organizada na base é essencial para um novo sistema funcionar.

UM MUNDO MAIS HUMANO

Nesse projeto de educação para um novo tempo, o cuidado com o planeta está incluído, já que a vida humana depende disso. A produção e a distribuição de bens devem levar em conta esse elemento na mais alta prioridade. Para proteger a vida no planeta, é preciso rever o modo de produção do capitalismo e sua relação de exploração da natureza – poluição em larga escala, uso de energia fóssil, e muitas outras formas de devastação do meio ambiente. Os desafios ambientais e a dimensão das catástrofes climáticas estão levando cada vez mais pessoas a compreender que essa é uma questão vital, pois trata-se de assegurar a sobrevivência da humanidade na Terra. A defesa da ecologia e do meio-ambiente são de primeira ordem e é preciso promover políticas públicas e que as tecnologias estejam a seu serviço. Um mundo mais humano e mais justo é um mundo ecológico. **O planeta é abundante e os recursos ilimitados desde que saibamos cuidar, mas precisamos regenerar consciências e mudar valores para desenvolver o respeito pelos outros, a conexão com a natureza, a gratidão pela vida e mais amor.**



O descontentamento com o atual cenário deve ser o propulsor para criar as condições de luta e progredir em mudanças fundamentais. Para tanto, é essencial aumentar os níveis de participação em organizações populares: sindicatos, organizações de bairro, movimentos estudantis, organizações camponesas, grupos étnicos indígenas, grupos ambientalistas, organizações feministas, LGBTQI+, organizações e setores sociais que possam formar uma frente conjunta que lute contra o sistema. Nesse sentido, nossa presença e participação como educação é vital para oferecer uma perspectiva de futuro. Somos um motor que impulsiona e fornece elementos para que as organizações populares possam tomar em suas próprias mãos o destino da sociedade.

A educação para os novos tempos deve considerar a formação de um novo ser humano, conectado com o coletivo e a responsabilidade com o todo. Viver mais na fraternidade, não no sentido da caridade, mas da igualdade. Superar o materialismo, a competição, o medo, a hostilidade e focar no bem coletivo; pois é necessário perceber o outro para se viver em harmonia. Precisamos saber que somente juntos podemos viver e não só sobreviver, pois se há fome e medo não há equilíbrio. Urge buscar alternativas e objetivos coletivos que proporcionem uma mudança interna de padrões de valores impostos pelo sistema e, através da educação, proporcionar autoconhecimento, estímulo de aptidões investindo nas habilidades que se sobressaem em cada pessoa.



A forma de se fazer educação e os sujeitos da educação precisam ser repensados para que a escola tenha a capacidade de formar um ser humano para essa Nova Era. O espaço escolar deve ser voltado à colaboração revendo toda uma estrutura direcionada ao disciplinamento de corpos e mentes para uma sociedade industrial. Essa velha escola perde o sentido em meio a transição digital que estamos vivendo, conectados instantaneamente com a informação e com o mundo. A educação é o instrumento mais importante para formar esse novo ser humano e deve ser pensada como um lugar de relacionamento social, emocional, afetivo e ambiental. Através dela podemos superar o ego e o individualismo para sermos felizes juntos. Precisamos ir ao encontro do outro no mesmo nível de respeito e igualdade despertando a consciência sobre estes novos tempos que exigem mais humanidade conhecimento, colaboração, fraternidade e compromisso com o bem da coletividade. Tudo que fizermos agora, não colheremos os frutos imediatamente; mas são sementes que jogamos para as futuras gerações.



EDUCAÇÃO ÉTICA

VOLTADA

AO COLETIVO

Nada se constrói da noite para o dia, contudo é preciso se questionar para encontrar novas soluções para antigos problemas. Há muitas perguntas e não há respostas prontas nem receitas mágicas, só a certeza de que para construir o novo é indispensável desapego e desconstrução de práticas que já não condizem mais com essa nova realidade. A única certeza que temos na vida é a impermanência das coisas e mudar, muitas vezes, é difícil; pode causar dor e sofrimento. No entanto, sempre aprendemos algo em momentos difíceis, descobrimos que dores são despertadores para o conhecimento e a felicidade. À humanidade cabe se adaptar aos novos tempos, seja pela dor ou pelo amor. A educação pode ser o instrumento capaz de diminuir o estado de sofrimento para o de crescimento. O trabalho para a nova era exige consciência coletiva inovadora, colaboração, prática do bem social para algo maior refletindo sempre sobre como a contribuição de hoje irá impactar o futuro. Precisamos pensar sobre qual o sentido da vida, olhar além do que é seguro e instintivo buscando sentido e significado. Não estamos aqui somente para sobreviver. A expectativa de auto realização e felicidade estão centralizadas na riqueza e fama. Precisamos compreender que os verdadeiros heróis são pessoas comuns que fazem do seu dia-a-dia o melhor para o coletivo. O ser humano necessita de propósito para viver, SER e não somente TER, valorizando perspectivas além da realidade do materialismo.

Uma educação emancipadora necessariamente deve nos libertar dessa triste ideologia do mercado, proporcionando a constituição de si mesmo como cidadãos reflexivos e não meros geradores de renda. Não somos robôs, mas pessoas com sensibilidade e racionalidade. Precisamos defender radicalmente as humanidades e as artes para promover a cidadania. **A educação precisa ser pensada para ser construída a cada dia para além do capital reconhecendo seu valor social através da luta permanente contra a alienação.** A dimensão ética da educação deve ser retomada, visto que, quando a educação se esvazia de ética torna-se disponível para diferentes usos. Para que a educação possa ser salva da economia e voltar a ser política e ética, necessariamente deve ser ideológica como um conjunto de ideias abertas aos problemas sociais. Ética na educação deve ser voltada para o coletivo, autorreflexiva e orientada por uma moral de respeito universal. Trata-se aqui da ética não como conteúdo, mas carregada de valores políticos que devem privilegiar escolhas que considerem a preocupação com o futuro, o desejo de um mundo melhor, o bem viver e a responsabilidade solidária. Nesse processo permanente que é o aprender, recriamos a nós mesmos e o mundo.

Necessita-se do rompimento da acomodação da educação provocando os sentidos e a imaginação, orientando as ações a apreender a realidade pela sensibilidade lúdica, criadora e estética. O tecnicismo reducionista da educação deve ser combatido através do diálogo como instrumento de reflexão e transformação numa visão mais humana de emancipação dos sujeitos, partindo para a ação. Todos temos responsabilidades sociais e individuais com o outro. Abrir novos horizontes significa compreender a realidade para impulsionar a desacomodação e, dessa forma, promover o movimento contra o empobrecimento cultural, a massificação, a dessubjetivação da indústria da cultura e a “imbecilização consentida”. Ao invertermos a lógica e pensarmos como um artista, não como funcionários/as do sistema, passamos a acreditar que viver pode ser algo melhor.

Na educação é primordial dispensar verdades estabelecidas descortinando a realidade e revendo posições na busca da crítica aos equívocos da política educacional. O questionamento pode nos libertar, para tanto temos que superar ideias prontas percebendo o outro como sujeito de direito, sejam os seres humanos, os animais ou a natureza. Devemos estar abertos/as ao diálogo como um exercício para o bem viver, pois o que está em jogo é um projeto civilizatório. “Ou seja, nesses novos tempos, somos aqueles que, na posição de professores/as, pais/mães e adultos, precisamos ajudar nossos/as jovens a pensar o novo mundo no qual nascem, crescem e se desenvolvem”. (TIBURI, Márcia; HERMAN, Nadja. 2013)



A educação desta nova era deve levar em conta a felicidade, de profissionais e das famílias, por isso é importante combater a desigualdade, buscar justiça social e dignidade para as pessoas. Precisamos refletir sobre a prática pedagógica e o que podemos fazer no nosso lugar de trabalho para colaborar com o outro, alinhando nosso trabalho com a nossa felicidade, pois é tempo de vida que está sendo dedicado e precisa ter sentido, senão estaremos cada vez mais tristes e doentes. Buscar a felicidade no servir coletivo, impactar na vida do outro positivamente com mais humanidade e amor, buscando desenvolver o potencial de cada um/a através das qualidades que possui de melhor. O normal é sermos diferentes, pois as nossas diferenças nos completam e juntos/as podemos construir sentido e significado para um novo mundo a partir do que temos em comum: o desejo de ser feliz! **É fundamental abrir os olhos para a mudança no mundo que já está acontecendo. Precisamos acreditar nela, desapegar do velho e deixar florescer o novo, porque somos os alicerces que irão construir a Nova Era.**





**DE QUE VALERIA
A OBSTINAÇÃO DO SABER
SE ELE ASSEGURASSE
APENAS A AQUISIÇÃO
DOS CONHECIMENTOS
E NÃO, DE CERTA MANEIRA,
E TANTO QUANTO POSSÍVEL,
O DESCAMINHO
DAQUELE QUE CONHECE?**

MICHEL FOUCAULT (1984)



I CONCEPROL

PLATAFORMA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL LEOPOLDENSE 2022



Presidenta

Cristiane Maria Mainardi

Vice-Presidenta

Rosi Lopes Petersen

1º Secretário

Rodrigo Blasckesi Fernandes

2º Secretário

Alexandre Ausani Huff

1º Tesoureiro

Felipe Diego da Silva

2º Tesoureira

Sandra Maria Martins Lisboa

Suplentes

Daisy Falconi, Fábio Luiz Fontes Martins,
Patrícia Regina Rodrigues Guterer,
Marmy Luzy Margorett da Silva,
Margarete Gomes Gonçalves



**I CONGRESSO DE EDUCAÇÃO
DO SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES**

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

TEXTOS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DARDOT, P. e LAVAL, C. (2017). O Comum é a revolução, dizem Dardot e Laval. IHU on line. Unisinos: São Leopoldo, 26 out. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573045-o-comum-e-a-revolucao-dizem-dardot-e-laval>.

DOWBOR, Ladislau. Resgatar a função social da economia: Uma questão de dignidade humana. 6 de junho de 2022 Disponível em: <https://dowbor.org/>

KLAUS, Viviane, ALVES, Alexandre, LOUREIRO, Karine Bueiro. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. Educação e Pesquisa. São Paulo: v. 47, e226115, 2021. <https://www.scielo.br/j/ep/a/5JTnbbHtXwFWkKyq3mqbgNd>

RESENDE, Haroldo. Michel Foucault: a arte neoliberal de governar a educação. São Paulo: Editora Intermeios, 2018.

RESENDE, Haroldo. Michel Foucault: o governo da infância. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

SANTAIANA, Rochele da Silva; CAMARGO DA SILVA, Veronice; GONÇALVES, Laila Gabrielle Naymaer. Governo da infância: uma análise da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil. Revista eletrônica Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 1183-1203, ago./ago., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e81126>

TIBURI, Marcia; HERMAN, Nadja. Diálogo / Educação. Editora Senac São Paulo. Edição do Kindle. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

<https://informecritica.blogspot.com/2017/01/o-modo-capitalista-deeducacao.html#:~:text=O%20modo%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20capitalist a,institui%C3%A7%C3%B5es%20escolares%2C%20%C3%A9%20praticamente%20im poss%C3%ADvel.>

<https://leonardoboff.org/2021/08/04/o-caos-da-pandemia-esconde-uma-nova-ordem-naterra/>

https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2021/materiais/PautasPoliticas_Emergencia_Covid-19_GuiaDosGuias_FINA_onco77r.pdf

<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/os-problemas-derivadoscapitalismo.htm#:~:text=Degrada%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%3A%20o%20sistema%20capitalista,devasta%C3%A7%C3%A3o%20profunda%20no%20meio%2Dambiente>

<https://www.significados.com.br/piramide-de-maslow/>

IMAGENS

Todas as fotografias contidas neste impresso possuem autorização livre para uso comercial e não comercial. As Imagens do Congresso foram captadas pelo fotógrafo Ageu da Rocha e Cristina Engler. As imagens ilustrativas foram baixadas do site: www.unsplash.com.

COORDENAÇÃO GERAL

CEPROL SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS LEOPOLDENSES

ORGANIZAÇÃO

CEPROL SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS LEOPOLDENSES
INSTITUTO PALAVRAÇÕES

COMITÊ DIRETIVO

CRISTIANE MARIA MAINARDI
GILNEI DOS SANTOS

REDAÇÃO E REVISÃO

CRISTIANE MARIA MAINARDI E FELIPE DIEGO DA SILVA

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO

CRISTINA ENGLER

APOIADORES

CAVENDON E PIRES ADVOGADOS
PW INFORMÁTICA
CRESOL SÃO LEOPOLDO
EST FACULDADES



CEPROL SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES
RUA PRIMEIRO DE MARÇO 113/802 CEP: 93010-210
CENTRO, SÃO LEOPOLDO, RIO GRANDE DO SUL/BRAZIL

REDES SOCIAIS
CEPROL SINDICATO

www.ceprounsindicato.com

51 99378 1262

ceprounsindicatovivo@gmail.com



